



# RELATÓRIO E CONTAS **2025**



Conservatória do Registo Comercial de Valongo

Capital Social: 10.000.000 euros

NIF: 500 070 210

Alvará n.º 568



# RELATÓRIO E CONTAS **2025**

# ÍNDICE



# 01

A CONDURIL

**4 — 13**

# 02

RELATÓRIO  
DE GESTÃO

**14 — 29**

# 03

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS E ANEXO

**30 — 91**

# 04

RELATÓRIO E PARECER DO  
CONSELHO FISCAL

**92 — 95**

# 05

CERTIFICAÇÃO LEGAL  
DAS CONTAS

**96 — 100**





# **MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



**Benedita Amorim Martins**  
Presidente do Conselho de Administração

## **Caros acionistas e *stakeholders*,**

Após um ano particularmente exigente, os resultados de 2025 evidenciam uma recuperação significativa da atividade e da performance financeira. O volume de negócios registou um crescimento superior a 50% face ao período homólogo, refletindo uma retoma consistente da atividade, enquanto os principais indicadores de rentabilidade voltaram a apresentar valores positivos. Esta evolução confirma a eficácia das medidas implementadas e o empenho de toda a organização na melhoria dos seus resultados.

Ao nível da atividade operacional, registaram-se progressos relevantes nos principais mercados onde o grupo atua. Em Angola, tiveram início duas empreitadas de grande dimensão, reforçando a nossa presença num mercado estratégico e com elevado potencial. Em Moçambique, foi assinado um memorando de entendimento para o fornecimento e instalação de 112 pontes metálicas. Em Portugal, foi possível concluir e formalizar acordos pendentes com clientes, contribuindo para a consolidação da carteira e para o reforço das relações comerciais. Destaca-se ainda a assinatura do contrato do primeiro troço da alta velocidade ferroviária, projeto estruturante no qual a Conduril participa e cujos trabalhos se encontram já em fase de preparação.

Em paralelo, prosseguimos o esforço de melhoria contínua da nossa operacionalidade, através de reorganizações internas orientadas para uma maior eficiência, rigor na gestão e capacidade de resposta aos desafios futuros. Todo este percurso tem sido desenvolvido de forma coerente com os valores que sempre pautaram a atuação da Conduril – rigor, ética e responsabilidade – que permanecem como pilares fundamentais da nossa cultura e da nossa forma de estar no mercado.

Demos continuidade à implementação da nossa Agenda e Roteiro para a Sustentabilidade 2030, reforçando os mecanismos de governação, a qualidade do reporte e a robustez dos processos internos.

Com uma base mais sólida e resultados encorajadores, encaramos o futuro com confiança, prudência e ambição, determinados em continuar a criar valor sustentável para os nossos clientes, colaboradores, parceiros e acionistas.

## **SOBRE A EMPRESA**

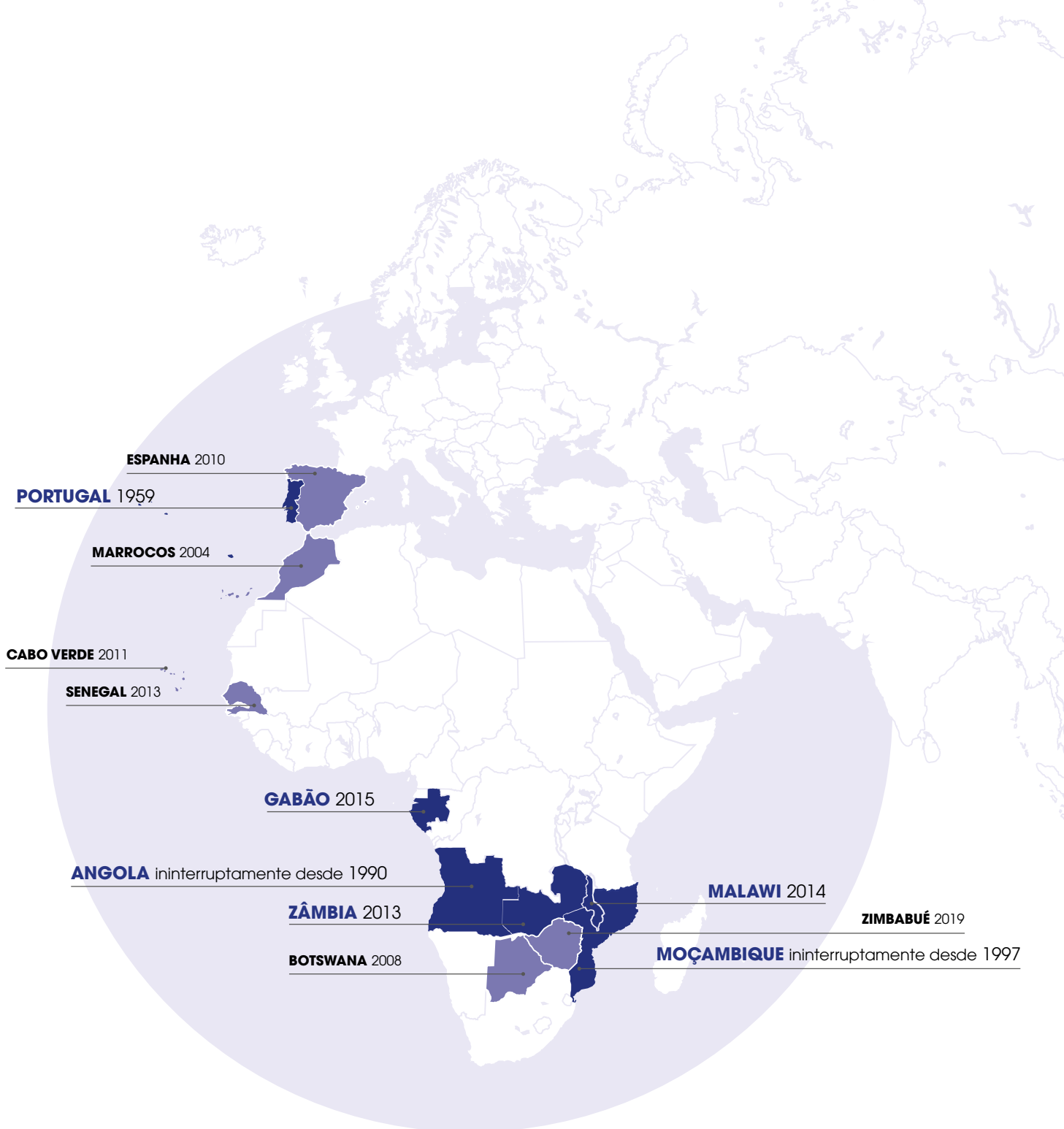
A Conduril – Engenharia, S.A. é uma empresa portuguesa de engenharia civil cuja marca reflete a experiência, o rigor e a competência que caracterizam a sua génese. Com mais de seis décadas de experiência consolidada, distingue-se pela execução de projetos de elevada complexidade, no domínio das obras públicas e privadas, em Portugal e em diversos mercados internacionais.

A estratégia de crescimento tem sido guiada por uma fiabilidade técnica consistente e por uma forte capacidade de concretização, alicerçada num compromisso firme com a criação duradoura de valor. Este posicionamento reflete-se na qualidade das obras realizadas, no cumprimento escrupuloso dos compromissos assumidos e dos prazos ambiciosos, bem como na observância de padrões elevados de segurança, reconhecidos por parceiros internacionais. Paralelamente, a empresa integra a sustentabilidade no centro da sua estratégia, alinhando-se com a Agenda 2030 e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, promovendo práticas responsáveis ao longo de toda a cadeia de valor e reforçando o impacto social e ambiental positivo, contribuindo para um progresso equilibrado e consciente.

A internacionalização da Conduril iniciou-se em Angola, em 1990, tendo posteriormente sido alargada a Moçambique, Marrocos, Botswana, Espanha, Cabo Verde, Senegal, Zâmbia, Malawi, Gabão e Zimbabué.

A presença global da empresa assenta num modelo de proximidade aos mercados em que opera, combinando equipas locais, conhecimento acumulado e uma estrutura de suporte robusta, capaz de assegurar exigentes padrões de qualidade, segurança e controlo em todas as fases dos projetos.

Esta abordagem potencia a capacidade de resposta e permite enfrentar com eficácia os desafios específicos de cada mercado, nos diversos segmentos da engenharia civil onde desenvolve atividade, que incluem infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, obras hidráulicas, infraestruturas urbanas, projetos de energia e outras grandes obras.



## PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A atuação da Conduril é orientada por uma **visão** de longo prazo, na ambição de ser reconhecida como uma das melhores empresas portuguesas de engenharia civil, combinando excelência técnica, competitividade económica e responsabilidade social.

A sua **missão** centra-se na criação duradoura de riqueza para os seus acionistas e na promoção de condições de trabalho sustentáveis para os seus colaboradores, assumindo a satisfação destes como um dos fundamentos estruturantes da responsabilidade social da empresa.

Os **valores** da Conduril constituem a base das suas decisões e comportamentos da organização, refletindo-se na relação com clientes, parceiros, fornecedores e demais *stakeholders*.



HÁ MAIS  
DE 60 ANOS  
A CONSTRUIR  
O AMANHÃ

CONDURIL.PT



## GOVERNO DA EMPRESA

A estrutura de governo da Conduril, ancorada nos seus órgãos sociais, assegura uma gestão alinhada com princípios de estabilidade, continuidade e exigência. No exercício de 2025, a composição destes órgãos manteve-se inalterada face ao ano anterior, garantindo consistência na condução estratégica e operacional da atividade.

A cultura organizacional encontra-se refletida num conjunto de documentos internos e orientações de gestão que estabelecem os valores e regras de atuação em todas as áreas, assegurando que os riscos estratégicos, financeiros, operacionais e de conformidade são identificados e acompanhados de forma sistemática em todas as fases das operações. A articulação entre estas políticas e os processos formais de decisão contribui para uma supervisão mais sólida, promovendo coerência entre os objetivos estratégicos, as disciplinas financeira e operacional e o cumprimento dos compromissos éticos e legais da empresa.

A gestão de risco constitui, assim, um eixo central da atuação da empresa orientando de forma clara os comportamentos e decisões em todas as geografias onde opera. Esta abordagem integrada sustenta mecanismos de controlo que acompanham o ciclo completo das obras, assegurando monitorização constante, acompanhamento rigoroso e uma resposta eficiente aos fatores estratégicos, financeiros, operacionais e regulatórios que podem influenciar a atividade, nomeadamente:

- os desafios associados à volatilidade dos mercados internacionais, à execução de obras em contextos geopolíticos complexos e ao cumprimento dos requisitos contratuais e legais aplicáveis;
- indicadores operacionais, como prazos de execução, desvios orçamentais, desempenho de equipamentos, gestão de subempreitadas e segurança no trabalho, essenciais para garantir a eficiência e fiabilidade das operações;
- o controlo da exposição cambial e da liquidez, particularmente relevante face à presença da empresa em múltiplas geografias com diferentes regimes monetários, considerando igualmente o risco taxa de juro na estruturação dos financiamentos e o risco de crédito.

Deste modo, o modelo de governação reforça-se, promovendo estabilidade duradoura, coerência estratégica e uma capacidade de resposta mais ágil e eficaz, num contexto caracterizado por elevada complexidade técnica e geográfica.

## Orgãos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral

Crisóstomo Aquino de Barros (Presidente)  
Amadeu Augusto Vinhas  
Filipa Bastos Pinho Ferreira Lemos

### Conselho de Administração

Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente)  
Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (Vice-Presidente)  
António Emanuel Lemos Catarino  
Jorge Lúcio Teixeira de Castro  
Miguel José Alves Montenegro de Andrade  
Nélson José de Sousa  
Ricardo Nuno de Araújo Abreu Vaz Guimarães

### Conselho Fiscal

Maria Helena Maio Ferreira de Vasconcelos (Presidente)  
Deolinda Paula Baptista Nunes  
Jorge Manuel Silva Tavares  
João Tiago Barros de Jesus (Suplente)

### Revisor Oficial de Contas

Crowe & Associados, SROC, Lda.  
Representada por  
Ana Raquel B. L. Esperança Sismeiro  
João Miguel Neiva de Oliveira Coelho Pires (Suplente)





O Conselho de Administração da Conduril - Engenharia, S.A., no cumprimento dos estatutos e disposições legais aplicáveis, apresenta e submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas o relatório de gestão, as contas do período e demais documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2025.

## 1.

O contexto económico internacional em 2025 manteve-se marcado por um crescimento moderado, num enquadramento ainda condicionado por incerteza geopolítica e por tensões no comércio internacional, normalizando-se gradualmente as condições financeiras, embora com um impacto crescente dos fenómenos climáticos extremos. Apesar destes constrangimentos, a economia mundial evidenciou resiliência, suportada pela procura interna em várias geografias e pela continuidade do investimento, em particular em infraestruturas estratégicas.

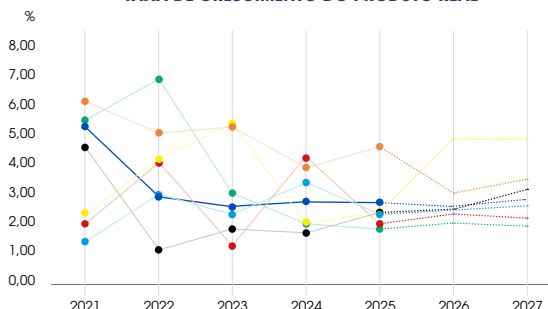
De acordo com as Nações Unidas, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial situou-se em torno de 2,8% em 2025, com perspectivas de estabilização ligeiramente abaixo desse valor nos anos subseqüentes. A inflação registou uma trajetória descendente, ainda que desigual entre regiões, permitindo um enquadramento monetário tendencialmente menos restritivo. As Nações Unidas sublinham, contudo, que o crescimento global permanece inferior à média histórica, refletindo fragilidades estruturais, níveis elevados de endividamento e restrições no acesso a financiamento, particularmente nas economias em desenvolvimento.

Neste contexto, o setor da construção civil e das obras públicas continua a desempenhar um papel central como motor de crescimento económico e de desenvolvimento estrutural, embora enfrentando desafios relevantes relacionados com custos dos fatores produtivos, disponibilidade de mão de obra especializada, pressão concorrencial e exigência crescente ao nível técnico, ambiental e contratual.

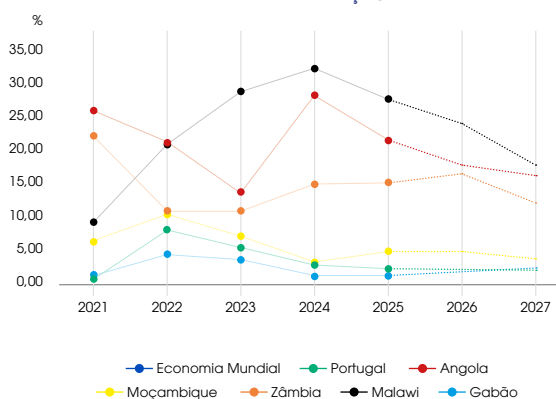
A economia portuguesa cresceu cerca de 1,9% em 2025, significativamente acima da média europeia (1,4% e 1,2% na zona euro), com a inflação média anual a rondar os 2,3%. Este desempenho alimentava expectativas de um enquadramento macroeconómico mais favorável em 2026 que, com o impacto da tempestade Kristin, terão de ser reavaliadas.

A trajetória verificada em 2025, embora dependente dos riscos externos associados à evolução da conjuntura europeia e do comércio internacional, foi sustentada pela procura interna, pela resiliência do mercado laboral e pelo investimento público e privado associado a fundos europeus, importantes para alavancar o setor da construção civil e das obras públicas. Ainda assim, o setor manteve um enquadramento competitivo exigente, marcado pela elevada concorrência nos concursos públicos, pelos desafios na atualização de preços e pelos constrangimentos ao nível da disponibilidade de mão de obra qualificada.

**TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL**



**TAXA DE INFLAÇÃO**

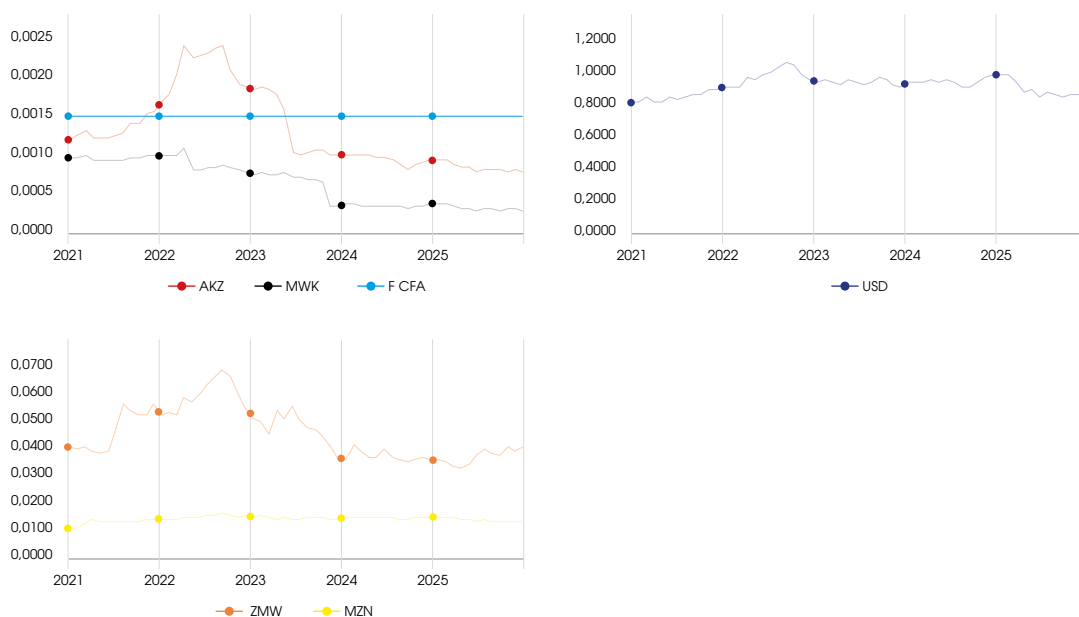


Fonte: World Economic Situation Prospects 2026 – Nações Unidas

Por sua vez, as economias dos mercados africanos onde a Conduril se encontra presente continuaram a apresentar taxas de crescimento real modestas em 2025:

- Angola permanece estruturalmente condicionada pela evolução do setor petrolífero, pela ineficácia do mercado cambial e pela disponibilidade de financiamento externo. Apesar de alguma estabilização macroeconómica, os níveis de inflação permaneceram elevados, com impacto direto nos custos, no poder de compra e na previsibilidade económica;
- aos condicionalismos sistémicos de Moçambique junta-se a vulnerabilidade a riscos climáticos, os desafios logísticos existentes e as questões de segurança que persistem em alguns territórios, tendo a inflação mantido-se relativamente controlada face a outras economias da região;
- a Zâmbia apresentou uma das melhores perspetivas de crescimento regional, impulsionada pela agricultura, mineração, turismo e investimento em infraestruturas. Apesar da inflação elevada e de desafios energéticos e cambiais, o enquadramento macroeconómico evidenciou sinais de melhoria, apoiado por programas de estabilização e reestruturação da dívida;
- o Malawi manteve níveis de inflação muito elevados e forte exposição a choques climáticos, em particular no setor agrícola, com reflexos na economia em geral. Estes fatores condicionaram o enquadramento macroeconómico e a capacidade de investimento público.

## TAXAS DE CÂMBIO



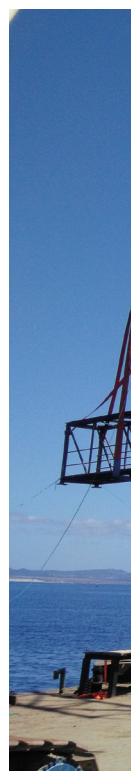
Nestas economias, o setor da construção civil e das obras públicas continua fortemente dependente do investimento público em infraestruturas, apoiado por financiamentos internacionais, o que tem conduzido a uma redução significativa de projetos perante a dificuldade na obtenção desses fundos e, conseqüentemente, a um acentuar da agressividade concorrencial. As perspectivas para os próximos anos apontam para oportunidades relevantes no setor, sobretudo em iniciativas com financiamento estruturado e garantias robustas, sendo determinante a gestão de riscos associados à inflação e à volatilidade cambial, bem como uma rigorosa calendarização dos fluxos financeiros subjacentes.

## 2.

Neste cenário, torna-se particularmente relevante a estratégia que a Conduzil tem procurado seguir, orientada na seletividade da carteira de projetos e na sua robustez financeira, salvaguardando uma gestão integrada de riscos e a sua eficiência operacional, assegurando a sustentabilidade da atividade e a criação de valor no médio e longo prazo.

Apesar da importância que o mercado das obras públicas representa em Portugal para a Conduzil, perante a forte pressão concorrencial sentida e o excessivo foco na componente do preço, muitas vezes em detrimento da qualidade, que se tem assistido neste mercado a empresa continua a apostar, e com um desempenho relevante, nas oportunidades do setor privado, contudo estes processos negociais são muitas vezes bastante longos e retardam as adjudicações das obras.

O ano de 2025 foi decisivo para o avanço do tão ambicionado projeto da rede de alta velocidade em Portugal que simboliza um compromisso com o desenvolvimento económico, a coesão territorial e social e a sustentabilidade ambiental. No início do segundo semestre



arrancou este megaprojeto, no eixo da Linha de Alta Velocidade (LAV) Porto-Lisboa, com a assinatura do Contrato de Concessão da Linha Ferroviária de Alta Velocidade entre Porto (Campanhã) e Oiã (Lote A) entre a Infraestruturas de Portugal (IP) e a Avan Norte, sociedade concessionária integrada por um consórcio de empresas no qual a Conduril participa. Encontram-se atualmente em curso as diligências administrativas e legais que se impõem neste tipo de projetos, indispensáveis ao arranque da empreitada, prevendo-se a montagem dos estaleiros e o início dos trabalhos em 2026.

A par disso, o procedimento concursal referente ao segundo troço da linha de alta velocidade que se seguirá a Oiã, troço Oiã-Soure (Lote B), – para o qual apenas apresentou proposta o mesmo consórcio de empresas portuguesas referido acima – foi objeto de anulação, tendo sido subsequentemente objeto de revisão e relançamento em janeiro de 2026.

Em 2025, foram ganhos dois novos projetos no âmbito da intervenção ambiental e que contribuirão para a reabilitação das áreas afetadas pela exploração mineira histórica: a descontaminação e recuperação do poço de Germunde I e escombrelas adjacentes e a fase complementar da recuperação ambiental de Aljustrel e Lousal. Também de destacar a empreitada iniciada de reabilitação de três passagens superiores no sublanço Almada/Fogueteiro, da A2 – autoestrada do sul.

No decurso do primeiro trimestre, foi formalizada a receção provisória da empreitada de reabilitação do troço Celorico - Guarda da Linha da Beira Alta, constituindo este o primeiro dos quatro troços em execução a alcançar a sua conclusão. Ao longo do exercício, foram igualmente finalizados diversos contratos associados ao projeto Data Center Sines 4.0, bem como intervenções de reabilitação para empresas do grupo Galp. Mantêm-se em curso empreitadas de elevada relevância estratégica para a descarbonização da economia nacional, destacando-se a nova



< Portugal

unidade de biocombustíveis destinada à produção de diesel renovável para a Galp, em Sines, e a fase inicial do parque eólico Tâmega Sul, promovido pelo grupo Iberdrola.

Nos Açores, a atividade da Conduril em 2025 mais do que duplicou face ao ano anterior, na sequência do desempenho favorável de contratos de construção civil iniciados em anos anteriores e das novas adjudicações relativas a complexos habitacionais para os municípios da Horta e de Ponta Delgada, garantindo a consolidação da presença neste arquipélago.

Em Angola, a empresa iniciou um conjunto relevante de novas empreitadas, refletindo um reforço significativo da sua presença no mercado. Entre os projetos em curso destacam-se:

- Barragem da Chicomba – com financiamento assegurado pela linha de Portugal e após a liquidação do adiantamento a empreitada teve início no final do ano;
- Fornecimento e montagem de 186 pontes metálicas Acrow nas 21 províncias do país – projeto com financiamento do EXIM Bank, dos Estados Unidos, e cosseguro da SACE, de Itália. Após liquidação do adiantamento, a obra iniciou-se em junho.

Paralelamente, decorrem negociações para a formalização, a curto prazo, do financiamento de novas empreitadas, nomeadamente:

- Construção da rede de abastecimento de água da região agro pastoril de Porto Amboim, cujo início está previsto para o ano de 2026;
- Construção de uma estrada de 105 km na província do Bengo, para a qual se prevê a assinatura do contrato de financiamento externo durante 2026;
- Construção das pontes do troço Quibala-Gabela, com assinatura do financiamento estimada também para 2026 e início previsto dos trabalhos em 2027.

Este conjunto de desenvolvimentos, resultado de um esforço persistente dos últimos anos, permitiu um crescimento expressivo da atividade em 2025, acompanhado de uma melhoria relevante da rentabilidade face ao período recente. A envolvente macroeconómica continua a gerar constrangimentos a nível operacional, sobretudo pelo estrangulamento cambial sentido, mas começam-se a sentir sinais de recuperação e alguma estabilidade económica financeira que perspetivam um crescimento sustentado a médio prazo.

Em Moçambique, a atividade foi condicionada pela estagnação económica resultante da instabilidade terrorista no norte do país, que levou à paralisação do projeto de gás natural. A este contexto juntou-se, nos primeiros meses do ano, um ambiente de instabilidade e desobediência civil, que provocou vítimas, destruição e limitou a capacidade operacional da empresa, impedindo a execução programada das obras do lote 2 e 3 das estradas Zambézia-Gurué financiadas pela União Europeia. Não obstante, os desenvolvimentos mais recentes permitem antecipar um ano de 2026 mais favorável, criando condições para retomar o cumprimento dos objetivos definidos para este mercado.

Na Zâmbia, foi concluída uma das obras financiadas internacionalmente e teve início um novo projeto com financiamento do Banco Mundial, garantindo continuidade da atividade neste mercado para os próximos anos. A intervenção do FMI reforçou a confiança dos mercados e dos investidores, melhorando as perspetivas de regularização das dívidas do Estado a médio prazo. Embora o ritmo de pagamentos ainda não seja o desejado, 2025 registou o nível mais elevado de amortização de dívida dos últimos anos, um sinal de melhoria das condições económicas do país e do empenho do governo zambiano na sua liquidação. A evolução positiva dos preços das matérias primas, em particular do cobre, reforça adicionalmente as perspetivas favoráveis neste território.





< Angola

No Malawi, foi concluída a obra do canal de irrigação financiado pelo Banco Mundial. A empresa mantém expectativas positivas relativamente aos concursos internacionais em que se encontra a participar, cuja eventual adjudicação permitirá assegurar a continuidade da atividade no país nos próximos anos.

Após a conclusão da obra de abastecimento de água em Libreville e não se perspetivando o lançamento de novos projetos no Gabão, antecipa-se a saída deste mercado, salvaguardado o cumprimento das obrigações contratuais de garantia em vigor.

### 3.

Em 2025, a Conduril registou uma melhoria assinalável dos seus indicadores económico-financeiros, retomando progressivamente os padrões que sempre a caracterizaram, conforme evidenciado na tabela seguinte:

INDICADORES	2025	2024	2023
Ativo (€)	430.284.990	372.791.281	364.098.018
Passivo (€)	287.474.451	225.891.364	185.337.530
Capital próprio (€)	142.810.539	146.899.917	178.760.488
Dívida líquida (€)	47.299.294	66.457.285	24.815.230
Volume de negócios (€)	168.265.695	111.815.812	168.081.164
VAB (€)	66.097.749	34.496.112	59.363.611
EBITDA (€)	18.669.268	-12.197.606	13.660.864
Resultado líquido do período (€)	6.186.281	-28.403.623	2.260.381
Autonomia financeira	33%	39%	49%
Liquidez geral	167%	144%	180%
Rácio de solvabilidade	50%	65%	96%

O volume de negócios apresentou um crescimento significativo face a 2024, atingindo valores ligeiramente superiores aos de 2023, acompanhado por uma rentabilidade claramente reforçada, refletida na recuperação do EBITDA e na inversão do resultado líquido negativo registado no exercício anterior.

Ao nível do capital próprio, o efeito cambial sobre os ativos e passivos monetários da atividade em África teve um impacto negativo superior a 10 milhões de euros, sendo esta a principal razão para a redução verificada face ao exercício anterior.

A evolução da atividade permitiu o reforço do ativo, traduzindo-se, contudo, numa redução dos rácios de autonomia financeira e de solvabilidade, condicionados pelo aumento do passivo decorrente da expansão da atividade e do recebimento dos adiantamentos de clientes mencionados anteriormente.

Este desempenho positivo resultou, em grande medida, da resolução de diversos constrangimentos que condicionaram o exercício anterior, da estabilização operacional de projetos relevantes no mercado nacional e internacional e do reforço do equilíbrio financeiro em obras cuja rentabilidade tinha sido penalizada no passado recente.

No mercado nacional, as conversações relativas à empreitada da unidade de biocombustíveis da Galp tiveram desenvolvimentos favoráveis, permitindo diminuir os desequilíbrios financeiros existentes e perspetivando-se um progressivo alinhamento de posições à medida que os trabalhos continuam a evoluir.

No que concerne à empreitada do troço Cerdeira-Vilar Formoso da Linha da Beira Alta, o processo negocial em curso registou avanços que permitiram desbloquear algumas situações. Não obstante, trata-se de um processo que se tem prolongado no tempo, condicionado por alguma inércia e por constrangimentos de natureza burocrática associados ao dono de obra.

Relativamente à subconcessão rodoviária Rotas do Algarve Litoral, na qual a Conduril detém uma participação, o processo em curso, que tem vindo a ser relatado nos relatórios anteriores, não apresentou desenvolvimentos significativos. O segundo processo arbitral encontra-se atualmente em fase de indicação de provas e nomeação de peritos, sendo expectável o desfecho deste processo para o final de 2027. Mantém-se a expectativa de uma resolução positiva para todos estes processos.

Portugal >



No contexto internacional, foram concretizadas as condições precedentes da obra das 186 pontes metálicas em Angola, possibilitando o início efetivo dos trabalhos, enquanto na Zâmbia o ano ficou marcado pelo nível histórico de amortização de dívida por parte do Estado. Estes desenvolvimentos contribuíram para reforçar a estabilidade financeira da Empresa, melhorar a tesouraria, reduzir a dívida líquida em cerca de 29% e restabelecer um enquadramento operacional mais equilibrado, consolidando a trajetória de recuperação iniciada ao longo do exercício.

Perante este desempenho mais equilibrado e com o objetivo de responder às necessidades dos projetos em curso, bem como de promover ganhos de eficiência operacional e melhoria do desempenho ambiental, a Conduril manteve, em 2025, uma política de investimento criteriosa em ativos fixos tangíveis, investindo um total de 10 milhões de euros, dos quais 90% foram canalizados para o reforço do seu parque de equipamentos.

O realinhamento operacional foi também levado a cabo através de reorganizações internas de forma a capacitar a empresa num setor marcado por elevada exigência técnica, forte pressão concorrencial e crescente complexidade contratual, tendo prosseguido igualmente ao reforço das suas equipas internas de gestão integrada de projetos, visando aumentar a capacidade de controlo, reduzir riscos e sustentar a competitividade da sua atividade.

## 4.

A Conduril assegura elevados padrões de qualidade em todas as fases do processo construtivo, integrando práticas de melhoria contínua, mecanismos de controlo rigoroso e metodologias de acompanhamento que atestam a adequada adaptação técnica às especificidades de cada obra. A Política da Qualidade orienta a atuação da empresa, promovendo uma gestão baseada em evidências, garantindo a conformidade com os requisitos legais, normativos e contratuais, e incorporando critérios de sustentabilidade e eficiência no desenvolvimento das soluções construtivas. O Sistema de Gestão da Qualidade, certificado pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação segundo a ISO 9001 nas operações em Angola, Moçambique e Portugal, reforça a fiabilidade dos processos e assegura a disponibilização de informação clara, rigorosa e transparente aos clientes.

O controlo técnico é sustentado por uma estrutura laboratorial especializada, que integra o laboratório central de Portugal, composto pelo polo localizado na sede do grupo e pela sua recente expansão para a zona sul (Grândola), e de Moçambique, na sede localizada na Matola. Todos se encontram acreditados pelo IPAC - Instituto Português de Acreditação para a realização de ensaios de solos, agregados e betões, assegurando rigor e rastreabilidade metodológica, validação independente e imparcialidade nos resultados obtidos.

Ao mesmo tempo, a Conduril dispõe de certificação de controlo de produção em fábrica (marcação CE) para componentes estruturais metálicos, bem como da certificação do controlo da produção de betão no centro de produção de Sines, consolidando o modelo de atuação, assegurando o desempenho consistente dos materiais e a conformidade com as especificações técnicas exigidas.

No contexto da sua atividade, a proteção da informação constitui um vetor estratégico para a Conduril, assegurando a continuidade das operações e a mitigação de riscos associados. A empresa adota práticas alinhadas com referenciais internacionais, garantindo elevados padrões de segurança no tratamento dos dados sob sua responsabilidade, mantendo para



o efeito, a certificação do Sistema de Gestão da Segurança da Informação, atribuída pela APCER, em conformidade com a norma ISO 27001, que estabelece requisitos exigentes para a gestão e melhoria contínua de toda a informação gerida internamente.

## 5.

A empresa reitera o seu compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade social e ambiental, focando-se na criação de valor, no bem estar das comunidades e na redução dos impactos negativos das suas atividades. A Agenda para a Sustentabilidade 2030 assenta em quatro eixos estruturantes – integridade na criação de riqueza, promoção de ambientes de trabalho seguros e de desenvolvimento dos colaboradores, adoção de práticas ambientalmente responsáveis e respeito pelas comunidades locais – que orientam o desempenho da empresa. Em 2025, a Conduril publicou o seu segundo Relatório de Pegada de Carbono, reforçando a aposta na redução das emissões de gases com efeito de estufa e aprofundando o conhecimento necessário para melhorar a gestão de emissões através de tecnologias e estratégias mais eficientes e sustentáveis. Neste alinhamento, a empresa também divulgou, ao longo de toda a sua cadeia de valor, o Código de Conduta de Fornecedores a todos os parceiros, legitimando que práticas responsáveis são essenciais para a competitividade e inovação no contexto atual. Com esta definição de critérios pretende-se que sejam adotados comportamentos ambientalmente responsáveis e socialmente justos, assegurando transparência e alinhamento ético nestas relações.

A dimensão ambiental é considerada pela empresa um pilar basilar da sustentabilidade, razão pela qual integra no desenvolvimento de todas as suas atividades – independentemente da sua escala, natureza ou localização – um conjunto de medidas que promovem o respeito e equilíbrio com o meio ambiente e com as comunidades envolventes. Nesse âmbito, cumpre escrupulosamente todos os preceitos legais e normativos aplicáveis, bem como as exigências específicas constantes dos cadernos de encargos. O Sistema de Gestão Ambiental da Conduril, certificado pela APCER de acordo com a norma ISO 14001 nos mercados de Angola, Moçambique e Portugal, constitui uma ferramenta essencial para a organização, na melhoria contínua do desempenho ambiental e assume-se como um forte complemento de reforço da confiança dos seus *stakeholders*.

Ainda em 2025, a Conduril procedeu à uniformização da sua Política de Gestão de Resíduos, alinhando as suas práticas com os princípios da economia circular, promovendo a prevenção, redução, reutilização, reciclagem e valorização de resíduos em todas as contextos geográficos onde opera. Simultaneamente, intensificou o compromisso com a proteção dos recursos hídricos através da harmonização da Política de Boas Práticas de Gestão da Água, destinada a garantir a preservação destes recursos e a assegurar a sua disponibilidade para as gerações futuras.

A saúde e a segurança dos colaboradores são também um eixo essencial da atuação da empresa, apoiando-se em mecanismos de gestão e de salvaguarda estruturados e formalizados na Política de Segurança e Saúde e na Política de Responsabilidade Social Corporativa. As políticas de gestão seguidas garantem a observância da legislação em vigor, normas, regulamentos e cadernos de encargos aplicáveis, assim como das obrigações de conformidade associadas ao Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, certificado pela APCER segundo a norma ISO 45001 nas operações em Angola, Moçambique e Portugal. Além do referido, promovem igualmente práticas que asseguram condições de trabalho seguras



e saudáveis, orientadas para a prevenção de lesões e afeções da saúde, a mitigação de acidentes de trabalho e a redução do risco de desenvolvimento de doenças profissionais.

A valorização do capital humano tem sido uma prioridade permanente na Conduril, traduzida num conjunto de medidas que promovem o bem-estar, o desenvolvimento e a proteção dos seus cerca de 2.800 colaboradores.

Entre estas iniciativas destaca-se o Fundo de Pensões Conduril, criado em 1989 e plenamente sustentado pela empresa, com um património de 11,5 milhões de euros e 154 beneficiários, que assegura um complemento ao valor da reforma.

Esta atuação integra também instrumentos de proteção social, como seguros de vida e de saúde, e um investimento contínuo em qualificação profissional que ultrapassa as 23.000 horas de formação anuais.

Através da Conduril Academy, o seu centro de formação profissional certificado, em funcionamento desde 2009 em Angola e desde 2016 em Moçambique, que garante acesso gratuito a oportunidades educativas e formativas para trabalhadores e respetivas famílias, a empresa promove a qualificação e capacitação, tendo já atribuído 175 bolsas de estudo para o ensino superior.

A Conduril reforça igualmente o apoio ao talento e à engenharia em Portugal através das Bolsas Conduril – Engenheiro Amorim Martins, resultantes do protocolo com a FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e o SASUP – Serviços de Ação Social da Universidade do Porto, que tiveram no ano letivo 2024/2025 os seus dois primeiros bolseiros, um estudante do 1.º ano de Engenharia Civil e um estudante do 1.º ano de Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, promovendo a educação como elemento estruturante da evolução social e económica.



< Angola



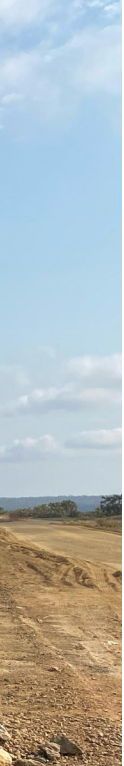
Angola >

## 6.

O ano de 2026 projeta-se como particularmente relevante para o setor da construção em Portugal, marcado pela forte intensidade de execução do Plano de Recuperação e Resiliência que vigorará até final do mês de agosto, e pelo arranque efetivo de investimentos enquadrados no programa Portugal 2030, que deverão continuar a dinamizar a atividade nacional, sobretudo nos domínios da engenharia civil, das infraestruturas e da habitação. Paralelamente, a passagem da tempestade Kristin, deixou um rasto de destruição significativo em várias regiões do país, criando necessidades urgentes de reabilitação e reforço de equipamentos públicos, infraestruturas e ativos críticos. Este enquadramento combina, assim, uma elevada pressão sobre a capacidade instalada do setor com novas oportunidades de atuação, reforçando o papel das empresas de engenharia, como a Conduril, na resposta às exigências técnicas, ambientais e territoriais que caracterizarão os desafios e as oportunidades do próximo ano.

Por sua vez, em África, apesar dos desafios estruturais e operacionais, as perspetivas para os próximos anos apontam para uma trajetória de crescimento no setor da construção, impulsionada por investimentos base em transportes, energia e desenvolvimento urbano, acelerados por dinâmicas de rápida urbanização. Este contexto é reforçado pela crescente maturidade dos mecanismos de financiamento e pela melhoria gradual dos modelos de *governance* em vários países, criando um ambiente favorável à expansão de empresas com capacidade técnica consolidada e comprovada experiência na execução de projetos de grande escala. Reforçando este ambiente de dinamismo, a Conduril antecipa um exercício particularmente promissor, marcado simultaneamente pela continuidade das empreitadas em curso, com um volume de obras em carteira na ordem dos 1.100 milhões de euros, e pela expansão de novas oportunidades estratégicas no mercado nacional e internacional.

Entre estas destaca-se o arranque dos trabalhos da Linha Ferroviária de Alta Velocidade entre Porto e Oiã, a que se junta o novo concurso para o segundo troço, capaz de criar um dinamismo adicional no mercado, ampliando a carteira potencial de grandes obras de infraestrutura. Em paralelo, a Conduril encontra-se na fase final de negociação de um projeto de elevada dimensão na área de centros de processamento de dados, cuja adjudicação se perspetiva para o primeiro semestre de 2026, reforçando o posicionamento da empresa em segmentos de elevada complexidade e crescente relevância tecnológica.



Em África, a Conduril prevê a continuidade de um ciclo de crescimento sustentado, resultado de uma estratégia de atuação que tem permitido consolidar uma carteira robusta de projetos financiados por entidades internacionais, assegurando estabilidade e previsibilidade operacional. As perspetivas para os próximos três anos são particularmente favoráveis, antecipando-se um crescimento assinalável do volume de negócios nesta região, fruto dos projetos já identificados no ponto 2., num contexto em que o risco de cobrança permanece contido, refletindo simultaneamente a natureza sólida dos modelos de financiamento envolvidos e a maturidade dos mecanismos de acompanhamento e controlo implementados pela empresa.

A parceria estabelecida no início da presente década com as entidades envolvidas no desenvolvimento do projeto de construção de 186 pontes em Angola, tem contribuído para a difusão e implementação deste modelo de negócio noutras geografias africanas. No passado dia 27 de fevereiro de 2026, a expansão desta cooperação materializou-se na assinatura de um memorando de entendimento com entidades oficiais moçambicanas para a implementação de um programa de construção de 112 pontes metálicas deste tipo, correspondentes a um investimento superior a 500 milhões de euros.

Assim, a Conduril entra em 2026 com uma base sólida e com a confiança necessária para responder a desafios complexos, convertendo novas oportunidades em valor sustentável para a organização e consolidando o seu posicionamento no setor, sempre atenta aos potenciais condicionalismos que o novo conflito do Médio Oriente pode acarretar.

## 7.

Outras informações:

- a) A Conduril possui sucursais em Angola, Moçambique, Zâmbia, Malawi, Cabo Verde e Marrocos.
- b) Não existem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.
- c) O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado e é composto por 2.000.000 de ações ordinárias, com o valor nominal de 5 euros cada.
- d) As 200.009 ações próprias detidas pela empresa não foram objeto de qualquer transação no ano.
- e) De acordo com o disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, os valores mobiliários emitidos pela Conduril - Engenharia, S.A. detidos por titulares de órgãos de administração e fiscalização apresentavam a seguinte posição em 31 de dezembro de 2025:

TITULARES	ÓRGÃO SOCIAL	Nº DE AÇÕES
Maria Benedita Andrade Amorim Martins	Conselho de Administração	<sup>(a)</sup> 425.651
Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes	Conselho de Administração	<sup>(b)</sup> 311.105
António Emanuel Lemos Catarino	Conselho de Administração	5.857
Jorge Lúcio Teixeira Castro	Conselho de Administração	55
Ricardo Nuno de Araújo Abreu Vaz Guimarães	Conselho de Administração	22.230

<sup>(a)</sup> 198.925 ações detidas, indiretamente, através da sociedade por si dominada, Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.

<sup>(b)</sup> 74.696 ações detidas, indiretamente, através da sociedade por si dominada, Quinta do Javali, Lda.

Relativamente a estes valores mobiliários não ocorreram cessações de titularidade, sendo a única alteração do ano, a aquisição de 500 ações ao valor unitário de 15 euros, no dia 26 de novembro, pela acionista Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes.

- f) Os negócios ou operações entre a sociedade ou qualquer entidade por si controlada e membros dos seus órgãos de administração e fiscalização são inexistentes ou assumem a natureza de transações sem especial significado económico para qualquer das partes envolvidas e são realizadas no âmbito da atividade corrente do grupo, em condições normais de mercado para operações similares. Caso existam, os mesmos estarão sujeitos a autorização por deliberação do Conselho de Administração, respeitando o previsto no Código das Sociedades Comerciais.

## 8.

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de 6.186.281 euros, seja integralmente transferido para outras reservas.

Esta proposta reflete uma política de prudência financeira e de reforço da autonomia da empresa, adequada à dimensão da carteira de obras em execução e às oportunidades estratégicas identificadas, assegurando os meios necessários à perenidade da Condúril.



Zâmbia >

## 9.

Num ano marcado por decisões estruturantes, novos projetos estratégicos e reforço da atividade internacional, o Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento aos colaboradores da Conduril, cuja competência técnica, sentido de responsabilidade e espírito de compromisso foram essenciais para o desempenho alcançado em 2025.

Aos clientes, parceiros institucionais, entidades financiadoras e fornecedores, é dirigida uma palavra de agradecimento pela confiança depositada e pela cooperação demonstrada. A solidez das relações estabelecidas constitui um fator decisivo para a consolidação da posição da empresa e para a concretização dos desafios que se colocam no próximo ciclo de crescimento.

Ermesinde, 9 de março de 2026,  
O Conselho de Administração







	NOTAS	2025	2024 REEXPRESSO
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>			
Ativos fixos tangíveis	3:7	76.791.134	75.532.058
Ativos intangíveis	3:6	5.254.216	5.389.794
Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)	3:9	3.553.141	4.052.239
Outros investimentos financeiros	3:9;18	24.284.712	46.925.108
Ativos por impostos diferidos	3:17	3.651.694	1.893.276
<b>Subtotal</b>		<b>113.534.897</b>	<b>133.792.475</b>
<b>ATIVO CORRENTE</b>			
Inventários	3:10	16.392.500	15.285.020
Clientes	3:18	158.188.410	136.013.833
Clientes c/retenções de garantias	3:18	11.690.202	7.929.271
Estado e outros entes públicos	20	13.606.237	14.140.639
Outros créditos a receber	3:20	77.113.785	56.304.655
Diferimentos	3:20	3.418.127	925.484
Ativos financeiros detidos para negociação	3:18	19.448.195	-
Caixa e depósitos bancários	3:4	16.892.637	8.399.904
<b>Subtotal</b>		<b>316.750.093</b>	<b>238.998.806</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>430.284.990</b>	<b>372.791.281</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital subscrito	18	10.000.000	10.000.000
Ações próprias	3:18	(5.220.000)	(5.220.000)
Reservas legais	18	2.094.492	2.094.492
Outras reservas		188.234.073	216.637.696
Resultados transitados		2.899.911	2.922.740
Ajustamentos/Outras variações de capital próprio		(61.384.218)	(51.131.388)
<b>Subtotal</b>		<b>136.624.258</b>	<b>175.303.540</b>
Resultado líquido do período		6.186.281	(28.403.623)
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>3</b>	<b>142.810.539</b>	<b>146.899.917</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
Provisões	3:13	15.462.349	14.028.542
Financiamentos obtidos	3:8;18	14.990.559	38.174.091
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	3:19	3.064.903	4.602.775
Passivo por impostos diferidos	3:17	3.391.704	2.601.257
Outras dívidas a pagar	3:20	61.276.346	-
<b>Subtotal</b>		<b>98.185.861</b>	<b>59.406.665</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Fornecedores	3	49.950.175	45.625.069
Adiantamentos de clientes	3	28.296.984	31.327.500
Estado e outros entes públicos	20	6.047.657	5.426.042
Financiamentos obtidos	3:8;18	76.269.991	67.044.846
Outras dívidas a pagar	3:20	25.675.782	12.032.010
Diferimentos	3:11;20	3.048.001	5.029.232
<b>Subtotal</b>		<b>189.288.590</b>	<b>166.484.699</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>287.474.451</b>	<b>225.891.364</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>430.284.990</b>	<b>372.791.281</b>

O Anexo faz parte integrante do Balanço individual em 31 de dezembro de 2025.

A Administração,

O Contabilista Certificado,

# DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Montantes expressos em EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2025	2024
Vendas e serviços prestados	3;12;20;21	168.265.695	111.815.812
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3;9	(1.833.007)	(114.798)
Variação nos inventários da produção	3;10	-	-
Trabalhos para a própria entidade	3	677.508	353.244
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(33.061.764)	(29.277.499)
Fornecimentos e serviços externos	20	(70.106.550)	(51.753.141)
Gastos com pessoal	3;19;20	(47.428.480)	(46.693.644)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	3;10	(474.579)	(13.873)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3;18	(156.486)	(38.210)
Provisões (aumentos/reduções)	3;13	1.034.562	(596.148)
Outros rendimentos	14;20	9.084.761	13.045.687
Outros gastos	14;20	(6.928.894)	(9.573.268)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>19.072.766</b>	<b>(12.845.838)</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3;6;7	(6.441.392)	(6.735.606)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>12.631.374</b>	<b>(19.581.444)</b>
Juros e gastos similares suportados	3;20	(5.731.958)	(5.681.512)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>6.899.416</b>	<b>(25.262.956)</b>
Impostos sobre o rendimento do período	3;17	(713.135)	(3.140.667)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>6.186.281</b>	<b>(28.403.623)</b>
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) inc. no resultado líquido do período		-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe		6.186.281	(28.403.623)
Interesses que não controlam			
<b>Subtotal</b>		<b>6.186.281</b>	<b>(28.403.623)</b>
<b>RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO</b>		<b>3,44</b>	<b>(15,78)</b>

O Anexo faz parte integrante da Demonstração individual dos resultados em 31 de dezembro de 2025.

A Administração,

O Contabilista Certificado,

# DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	2025	2024
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes		185.207.697	97.004.788
Pagamentos a fornecedores		(110.616.606)	(100.605.514)
Pagamentos ao pessoal		(44.264.122)	(42.758.326)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>30.326.969</b>	<b>(46.359.052)</b>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		264.271	250.930
Outros recebimentos/pagamentos		(1.979.906)	9.710.671
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)</b>		<b>28.611.334</b>	<b>(36.397.451)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(493.732)	(85.427)
Ativos intangíveis		-	(395.046)
Investimentos financeiros		(3.335)	(109.643)
Outros ativos		(7.679.101)	-
<b>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</b>			
Ativos fixos tangíveis		1.990.140	4.580.044
Investimentos financeiros		2.500	71.177
Outros ativos		7.684.182	2.491.082
Juros e rendimentos similares		1.556.547	2.618.099
Dividendos		166.679	129.995
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)</b>		<b>3.223.880</b>	<b>9.300.281</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</b>			
Financiamentos obtidos		225.418.962	245.350.114
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
<b>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</b>			
Financiamentos obtidos		(238.388.595)	(218.061.759)
Financiamentos leasings		(4.058.009)	(6.235.245)
Juros e gastos similares		(4.970.277)	(4.956.589)
Dividendos		-	(899.996)
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)</b>		<b>(21.997.919)</b>	<b>15.196.525</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>		<b>9.837.295</b>	<b>(11.900.645)</b>
Efeito das diferenças de câmbio		(1.344.562)	(1.010.142)
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO</b>		<b>8.399.904</b>	<b>21.310.691</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO</b>	4	<b>16.892.637</b>	<b>8.399.904</b>

O Anexo faz parte integrante da Demonstração individual dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025.

A Administração,

O Contabilista Certificado,



# DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2024

Montantes expressos em EURO

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE										
NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	AÇÕES PRÓPRIAS	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIACÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
<b>POSIÇÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2024</b>	10.000.000	(5.220.000)	2.094.492	215.277.311	2.889.349	(48.541.045)	2.260.381	178.760.488	-	178.760.488
Aplicação do resultado do período				2.260.381			(2.260.381)	-		-
<b>Posição em 01 de janeiro de 2024 após aplicação de resultados</b>	<b>10.000.000</b>	<b>(5.220.000)</b>	<b>2.094.492</b>	<b>217.537.692</b>	<b>2.889.349</b>	<b>(48.541.045)</b>	-	<b>178.760.488</b>	-	<b>178.760.488</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO:</b>										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								917.896		917.896
Ajustamentos por impostos diferidos					33.998			33.998		33.998
Aplicação do método da equivalência patrimonial						(614.840)		(614.840)		(614.840)
Remensurações de planos de benefícios definidos pós-emprego						(2.837.715)		(2.837.715)		(2.837.715)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					(607)	(55.684)		(56.291)		(56.291)
					<b>33.391</b>	<b>(2.590.343)</b>		<b>(2.556.952)</b>		<b>(2.556.952)</b>
Resultado líquido do período							(28.403.623)	(28.403.623)		(28.403.623)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>							<b>(28.403.623)</b>	<b>(30.960.575)</b>		<b>(30.960.575)</b>
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>										
Distribuições				(899.996)				(899.996)		(899.996)
				<b>(899.996)</b>				<b>(899.996)</b>		<b>(899.996)</b>
<b>POSIÇÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>3</b>	<b>10.000.000</b>	<b>(5.220.000)</b>	<b>2.094.492</b>	<b>216.637.696</b>	<b>2.922.740</b>	<b>(51.131.388)</b>	<b>(28.403.623)</b>	<b>146.899.917</b>	<b>146.899.917</b>

O Anexo faz parte integrante da Demonstração individual das alterações do capital próprio em 31 de dezembro de 2025.

A Administração,

O Contabilista Certificado,

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

### ATIVIDADE

A Conduril - Engenharia, S.A. (“Conduril” ou “empresa”) é uma sociedade fundada em 1959 e transformada em sociedade anónima em 1976, com sede social na Av. Eng.º Duarte Pacheco, 1835, 4445-416 Ermesinde – Valongo, tendo como atividade principal empreitadas de engenharia civil e todos os trabalhos que se prendam com o exercício dessa atividade.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

O Conselho de Administração irá manter o acompanhamento de todos os desenvolvimentos relacionados com a situação económica nacional e internacional, designadamente os decorrentes da guerra na Ucrânia e o conflito no Médio Oriente. Estes acontecimentos têm originado impactos relevantes no atual enquadramento económico, mantendo-se uma perspetiva de elevada incerteza, nomeadamente no que se refere ao normal funcionamento das cadeias de abastecimento de produtos, quer ao nível da disponibilidade, quer dos preços, pelo que não é possível estimar com razoável grau de confiança os eventuais impactos na atividade da empresa.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas encontram-se arquivadas na sede da empresa.

Todos os montantes expressos nestas notas são apresentados em euros com arredondamento à unidade.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registros contabilísticos da empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas);
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Normas Interpretativas).

Estas demonstrações financeiras refletem apenas as contas individuais da empresa, preparadas nos termos legais. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de ativos, passivos, rendimentos e gastos. A empresa prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas em separado.

2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As quantias apresentadas para efeitos comparativos são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no ponto anterior.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registros contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da empresa, suas subsidiárias e associadas operarem em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponíveis sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

#### **a) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente direitos de superfície e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em utilização, pelo método da linha reta, durante um período de 60 e de 6 anos, respetivamente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam controláveis pela empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais a empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso, e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

#### **b) Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, numa base anual.

As taxas de depreciação utilizadas no presente período correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	<b>ANOS</b>
Edifícios e outras construções	4 – 50
Equipamento básico	3 – 30
Equipamento de transporte	4 – 12
Equipamento administrativo	3 – 25
Outros ativos fixos tangíveis	4 – 20

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção ou em trânsito, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### **c) Goodwill**

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias à data da aquisição.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando negativas, são reconhecidas como rendimentos na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

À data do balanço, é efetuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do *goodwill* exceda o seu valor recuperável. O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para a empresa. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não são reversíveis.

### **d) Locações**

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação em que a empresa age como locatário são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como locações operacionais quando, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do ativo é registado como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os

juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

#### **e) Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das subsidiárias e associadas por contrapartida de rendimentos ou gastos do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal (não existem situações onde o valor nominal difere do justo valor na data de aquisição). É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

#### **f) Integração de sucursais**

A informação contabilística das sucursais onde a empresa desenvolve a sua atividade, designadamente em Angola, Moçambique, Marrocos, Cabo Verde, Zâmbia e Malawi, é integrada mensalmente na contabilidade. Os saldos e transações ocorridos no período entre a sede e as sucursais são anulados.

Quando a moeda funcional da sucursal é diferente da moeda de relato da empresa, o processo de integração é realizado através da transposição de todas as variações de ativos e passivos, rendimentos e gastos à taxa de câmbio em vigor na data de cada integração mensal. Na data de relato são apuradas as diferenças de câmbio decorrentes dos ativos e passivos monetários, sendo as mesmas registadas mensalmente como variações de capitais próprios.

Na informação contabilística das sucursais são utilizadas, fundamentalmente, as políticas contabilísticas em vigor em Portugal. Para garantir a uniformidade das políticas contabilísticas, sempre que o normativo local seja divergente do normativo em vigor em Portugal, são efetuados os devidos ajustamentos.

### **g) Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)**

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada período.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida se tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

### **h) Gastos de financiamentos obtidos**

Os encargos financeiros com financiamentos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime do acréscimo, mesmo nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que poderiam ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

### **i) Inventários**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico) ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior. Por preço de mercado entende-se o valor realizável líquido.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

## **j) Instrumentos financeiros**

### **i. Dívidas de terceiros**

As dívidas de terceiros são registadas inicialmente pelo seu justo valor e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido. Não existem situações onde o valor nominal difere do justo valor e, portanto, que a dívida devesse ser mensurada utilizando o método do juro efetivo.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

### **ii. Financiamentos**

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu custo amortizado. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Não existem situações onde a aplicação do método do custo amortizado tenha um impacto materialmente relevante na mensuração, quando comparado com o valor nominal.

Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e o Conselho de Administração possa utilizar essa fonte de financiamento por um período superior a um ano.

### **iii. Fornecedores e dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal, dado que o efeito da utilização do método do juro efetivo é considerado imaterial.

### **iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumam.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe a obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos gastos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou

outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registrados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registrados no capital próprio, líquidos dos gastos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

#### **v. Ações próprias**

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os rendimentos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registrados na rubrica "Outras reservas", não afetando o resultado do período.

#### **vi. Letras descontadas e contas a receber cedidas em *factoring***

A empresa desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se a empresa reter substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registrando no passivo na rubrica "Financiamentos obtidos" a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada balanço, com exceção das operações de "Factoring sem recurso", são reconhecidas nas demonstrações financeiras da empresa, no passivo, até ao momento do seu recebimento.

#### **vii. Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

### **k) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios

económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a empresa. A empresa não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras, apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a empresa forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

### **l) Periodização económica**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

### **m) Impostos sobre o rendimento do período**

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável da empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor.

A empresa encontra-se sujeita ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), previsto no artigo 69.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, do qual é, desde 1 de janeiro de 2022, a sociedade dominante.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data do balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais) das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou nas situações em que existam

diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua dedução. Anualmente, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

#### **n) Ativos não correntes detidos para venda**

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor de balanço for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

#### **o) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas**

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração são registados na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são registados no balanço como “Outras variações no capital próprio” e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados, em cada período.

#### **p) Complementos de reforma**

A empresa assumiu compromissos de conceder aos seus colaboradores prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Para cobrir essas responsabilidades a empresa criou um Fundo de Pensões de benefício definido em 1989, exclusivo para os seus funcionários, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais, são registados em conformidade com a NCRF 28 – “Benefícios dos empregados”.

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”, utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados.

No final de cada período contabilístico, a empresa obtém um estudo atuarial elaborado por uma entidade independente, no sentido de determinar o valor das suas responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período. Os efeitos resultantes da alteração de pressupostos e da diferença entre os pressupostos utilizados e a realidade são considerados ganhos ou perdas atuariais, sendo reconhecidos diretamente em reservas (outro rendimento integral).

#### **q) Rédito**

A empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com a NCRF 19 – “Contratos de construção”, pelo método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os gastos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos rendimentos estimados e os valores faturados são incluídos nas rubricas “Outros créditos a receber” e “Diferimentos”.

As variações verificadas nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, a empresa reconhece anualmente um passivo para cumprir tal obrigação legal, o qual é apurado tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos incorridos no passado com as obras em período de garantia. Quando é provável que os gastos totais previstos no contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do período.

Os dividendos de participações registadas ao custo são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

#### **r) Gastos com a preparação de propostas**

Os gastos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que são incorridos.

#### **s) Trabalhos para a própria entidade**

Os trabalhos para a própria entidade correspondem a obras de construção e beneficiação, executadas pela própria empresa, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem gastos com materiais, mão de obra direta e gastos gerais.

Tais gastos são objeto de capitalização apenas quando preenchidos os seguintes requisitos:

- Os ativos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os ativos virem a gerar benefícios económicos futuros; e
- São mensuráveis de forma fiável.

#### **t) Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“Acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço

("Acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### **u) Julgamentos e estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras foi baseada no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Reconhecimento de réditos de obras em curso;
- Reconhecimento do valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma; e
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4.

### **3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes**

#### **a) Resultados por ação**

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas.

#### **b) Moeda estrangeira**

No reconhecimento inicial, as transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período. Os itens não monetários que sejam mensurados ao custo histórico numa moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

As diferenças cambiais associadas a contas a receber/pagar, cuja maturidade não se encontra definida, são registadas na demonstração dos resultados do período quando tais contas a receber/pagar forem depreciadas/alienadas/liquidadas. As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para euro.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

MOEDA	MOEDA DE CONVERSÃO	2025		2024	
		31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO	31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO
Dólar dos Estados Unidos	EURO	0,85106	N/A	0,96256	N/A
Dirame marroquino	EURO	0,09335	0,09478	0,09507	0,09296
Mefical	EURO	0,01333	0,01384	0,01497	0,01447
Escudo cabo-verdiano	EURO	0,00907	0,00907	0,00907	0,00907
Franco CFA	EURO	0,00152	0,00152	0,00152	0,00152
Kwacha zambiano	EURO	0,03843	0,03534	0,03449	0,03544
Kwacha malauiano	EURO	0,00048	0,00049	0,00054	0,00052
Kwanza	EURO	0,00091	0,00094	0,00104	0,00103

### 3.3. Juízos de valor sobre o processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

### 3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### 3.5. Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos adotados em relação ao futuro na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

#### **a) Imparidade dos ativos**

A determinação da imparidade dos ativos requer a estimativa do valor presente dos *cash flows* futuros associados a esse ativo. Neste cálculo são adotados pressupostos que se baseiam na experiência passada da empresa, bem como nas expectativas futuras. A empresa considera existir um risco controlado destes pressupostos não se verificarem.

#### **b) Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis**

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis e intangíveis são revistas em cada data de relato. As vidas úteis dos ativos dependem de diversos fatores relacionados quer com a utilização dos mesmos, quer com a sua localização.

#### **c) Determinação de perdas por imparidade em contas a receber**

A determinação da imparidade é efetuada através da análise individual corresponde ao julgamento da empresa quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa sobre o valor atribuído a eventuais garantias existentes, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados.

#### **d) Rédito e contratos de construção**

O rédito dos contratos de construção em curso é reconhecido com base no método da percentagem de acabamento do contrato. A fase de acabamento traduz-se numa estimativa relevante que assenta na previsão dos gastos a incorrer até à conclusão do contrato. Este processo é assente em análises técnicas efetuadas por técnicos.

#### **e) Provisões para outros riscos e encargos**

As provisões são reconhecidas após análise dos técnicos de forma a apurar a existência de uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, um provável exfluxo de recursos. Esta estimativa é igualmente suportada com base na opinião dos advogados e consultores da empresa.

#### **f) Reconhecimento do valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma**

As responsabilidades com pensões de reforma são estimadas com base em avaliações atuariais efetuadas por peritos externos. No apuramento da responsabilidade são incluídos pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Face ao exposto, não são antecipadas alterações relevantes às estimativas efetuadas e, consequentemente, não são esperadas variações materiais nos ativos e passivos registados com base nessas estimativas.

### 3.6. Reclassificação no capital e no passivo corrente e não corrente

Em 2025, a Conduril procedeu à reexpressão das demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2024, no que respeita às seguintes situações: eliminação da linha de “excedentes de revalorização” no capital próprio (2.392.589 euros), tendo o valor sido integrado na rubrica de “resultados transitados”; e o reconhecimento das responsabilidades com benefícios de reforma foi reclassificado para a rubrica de “Responsabilidades por benefícios pós-emprego” em linha autónoma no passivo não corrente no montante de 4.602.775 euros.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

### 4.1. Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor do saldo de “Caixa e seus equivalentes” encontra-se totalmente disponível.

### 4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica “Caixa e depósitos bancários”

O saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	30.684	29.192
Depósitos à ordem	16.561.559	7.575.037
Depósitos a prazo	300.394	795.675
<b>TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS</b>	<b>16.892.637</b>	<b>8.399.904</b>

## 5. PARTES RELACIONADAS

### 5.1. Remunerações do pessoal chave da gestão

a) **Total de remunerações:** 1.619.636 euros (2024: 1.635.304 euros).

## 5.2. Transações entre partes relacionadas

### a) Natureza do relacionamento das partes relacionadas:

	PAÍS	% DIRETA	% TOTAL
<b>Sucursais:</b>			
Angola	-	-	-
Moçambique	-	-	-
Marrocos	-	-	-
Cabo Verde	-	-	-
Zâmbia	-	-	-
Malawi	-	-	-
<b>Subsidiárias:</b>			
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Edirio - Construções, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Métis Engenharia, Lda.	Angola	99,00	99,00
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	Moçambique	100,00	100,00
Urano, Lda.	Angola	99,00	99,99
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Esquênio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	Gabão	100,00	100,00
<b>Entidades conjuntamente controladas:</b>			
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Marrocos	50,00	50,00
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Portugal	16,67	16,67
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Portugal	17,86	17,86
UTE Alcântara - Garrovillas	Espanha	15,00	15,00
Avace Norte, ACE	Portugal	10,00	10,00
Avexp Norte, ACE	Portugal	10,00	10,00
<b>Associadas:</b>			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	Portugal	21,64	23,64
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	33,33	33,33
<b>Pessoal chave da gestão:</b>			
Conselho de Administração:			
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente do Conselho de Administração)			
Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (vice-Presidente do Conselho de Administração)			
António Emanuel Lemos Catarino			
Jorge Lúcio Teixeira de Castro			
Miguel José Alves Montenegro de Andrade			
Nélson José de Sousa			
Ricardo Nuno de Araújo Abreu Vaz Guimarães			
<b>Outras partes relacionadas:</b>			
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	Portugal	-	-
Quinta do Javali, Lda.	Portugal	-	-
Mugige Vinhos, Lda.	Angola	-	-
Lusolav - Gestão da Ferrovia de Alta Velocidade, S.A.	Portugal	3,33	3,33
Lusolav III - Gestão da Ferrovia de Alta Velocidade, S.A.	Portugal	3,33	3,33
Avan Norte - Gestão da Ferrovia de Alta Velocidade, S.A.	Portugal	-	3,33
EMMAAV - Empresa de Manutenção de Alta Velocidade, S.A.	Portugal	6,67	6,67

**b) Transações e saldos pendentes:**

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a empresa apresentou as seguintes transações e saldos face a entidades relacionadas:

A 31 de dezembro de 2025:

<b>PARTES RELACIONADAS</b>	<b>SALDOS PENDENTES ATIVOS</b>	<b>SALDOS PENDENTES PASSIVOS</b>	<b>PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS</b>	<b>PROVISÕES</b>
<b>Entidades com controlo conjunto ou influência significativa:</b>				
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	7.206.086	-	-	6.289.175
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	1.650.038	100.966	-	536.915
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	831.997	-	-	-
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	331.226	24.462	-	-
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	1.077.901	338.373	-	650.547
	<b>11.097.248</b>	<b>463.801</b>	<b>-</b>	<b>7.476.637</b>
<b>Subsidiárias:</b>				
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	3.096.156	-	336.000	647.510
Edirio - Construções, S.A.	4.814.042	615.812	1.041.231	-
Métis Engenharia, Lda.	3.564.945	3.059.572	-	-
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	8.246.356	5.839.136	14.800	921.256
Urano, Lda.	2.198.644	1.999.194	-	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	93.693	2.195.200	-	-
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	167.836	248.589	-	-
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	5.982.142	2.078.731	-	1.967.933
	<b>28.163.814</b>	<b>16.036.234</b>	<b>1.392.031</b>	<b>3.536.699</b>
<b>Associadas:</b>				
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.412.786	-	40.000	-
	<b>11.412.786</b>	<b>-</b>	<b>40.000</b>	<b>-</b>
<b>Outras partes relacionadas:</b>				
UTE Alcántara – Garrovillas	154.020	-	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	244.447	1.053.862	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. – Sucursal Angola	705.316	305.352	-	-
Mugige Vinhos, Lda.	2.352.711	491	-	-
	<b>3.456.494</b>	<b>1.359.705</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<b>PARTES RELACIONADAS</b>	<b>RENDIMENTOS</b>	<b>GASTOS</b>
<b>Entidades com controlo conjunto ou influência significativa:</b>		
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	36.000	-
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	36.000	-
	<b>72.000</b>	<b>-</b>
<b>Subsidiárias:</b>		
Eclirio - Construções, S.A.	354.227	2.355.243
Métis Engenharia, Lda.	238.480	200.079
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	-	202.196
Urano, Lda.	82.677	260.587
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	397.092	-
	<b>1.072.476</b>	<b>3.018.105</b>
<b>Outras partes relacionadas:</b>		
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	240.063	1.470.210
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. – Sucursal Angola	106.516	134.944
Mugige Vinhos, Lda.	-	11.610
	<b>346.579</b>	<b>1.616.764</b>

Os financiamentos concedidos a partes relacionadas, registados em outros investimentos financeiros, encontram-se discriminados na Nota 9.2.

A 31 de dezembro de 2024:

<b>PARTES RELACIONADAS</b>	<b>SALDOS PENDENTES ATIVOS</b>	<b>SALDOS PENDENTES PASSIVOS</b>	<b>PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS</b>	<b>PROVISÕES</b>
<b>Entidades com controlo conjunto ou influência significativa:</b>				
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	7.212.877	-	-	6.277.832
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	1.657.126	100.966	-	533.663
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	831.697	-	-	-
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	286.946	24.462	-	-
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	1.033.621	338.373	-	623.439
	<b>11.022.267</b>	<b>463.801</b>	<b>-</b>	<b>7.434.934</b>
<b>Subsidiárias:</b>				
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	3.095.131	-	336.000	645.707
Edlrio - Construções, S.A.	5.599.762	996.897	1.030.779	-
Métis Engenharia, Lda.	3.676.667	3.250.916	-	-
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	8.187.656	6.565.503	-	-
Urano, Lda.	2.229.827	2.009.779	-	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	86.262	293.455	-	-
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	178.129	321.076	-	-
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	111.799	296.999	-	-
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	5.862.431	1.957.015	-	464.327
	<b>29.027.664</b>	<b>15.691.640</b>	<b>1.366.779</b>	<b>1.110.034</b>
<b>Associadas:</b>				
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.412.786	-	40.000	-
	<b>11.412.786</b>	<b>-</b>	<b>40.000</b>	<b>-</b>
<b>Outras partes relacionadas:</b>				
UTE Alcántara - Garrovillas	319.788	-	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	75.747	660.403	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	677.777	179.292	-	-
Mugige Vinhos, Lda.	2.689.318	561	-	-
	<b>3.762.630</b>	<b>840.256</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<b>PARTES RELACIONADAS</b>	<b>RENDIMENTOS</b>	<b>GASTOS</b>
<b>Entidades com controlo conjunto ou influência significativa:</b>		
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	36.000	-
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	105.703	-
	<b>141.703</b>	<b>-</b>
<b>Subsidiárias:</b>		
Edirio - Construções, S.A.	301.153	2.078.881
Métis Engenharia, Lda.	885.527	269.588
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	-	242.882
Urano, Lda.	409.514	248.243
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	51.542	-
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	19.410	357.418
	<b>1.667.146</b>	<b>3.197.012</b>
<b>Outras partes relacionadas:</b>		
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	117.001	804.738
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. – Sucursal Angola	175.881	36.230
Mugige Vinhos, Lda.	-	10.394
	<b>292.882</b>	<b>851.362</b>

Os financiamentos concedidos a partes relacionadas, registados em outros investimentos financeiros, encontram-se discriminados na Nota 9.2.

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1. Divulgações, para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

a) As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias para cada rubrica:

<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>	<b>VIDA ÚTIL</b>	<b>TAXA DE AMORTIZAÇÃO</b>
Investigação e desenvolvimento	6	16,67%
Direitos de superfície	60	1,66%
Programas de computador	6	16,67%
Outros ativos intangíveis	6	16,67%

b) Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método da linha reta, tendo por base a respetiva vida útil esperada.

c) Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

ATIVOS INTANGÍVEIS	31.12.2025		31.12.2024	
	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES
Investigação e desenvolvimento	27.740	24.687	27.740	20.064
Direitos de superfície	5.829.975	759.503	5.829.975	662.337
Programas de computador	323.427	189.857	265.759	154.528
Propriedade industrial	47.121	-	47.121	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	56.128	-
<b>TOTAL</b>	<b>6.228.263</b>	<b>974.047</b>	<b>6.226.723</b>	<b>836.929</b>

d) O valor das amortizações relativo a ativos intangíveis incluído na rubrica da demonstração dos resultados “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” ascende a:

ATIVOS INTANGÍVEIS	AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO	
	31.12.2025	31.12.2024
Investigação e desenvolvimento	4.623	4.623
Direitos de superfície	97.166	6.471
Programas de computador	35.329	27.195
<b>TOTAL</b>	<b>137.118</b>	<b>38.289</b>

e) Os movimentos na rubrica “Ativos intangíveis” durante 2025 e 2024 são os que se seguem:

	2025						
	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
<b>ATIVO BRUTO:</b>							
Saldo em 31.12.2024	27.740	5.829.975	265.759	47.121	-	56.128	6.226.723
Adições	-	-	1.540	-	-	-	1.540
Transf. e abates	-	-	56.128	-	-	(56.128)	-
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>27.740</b>	<b>5.829.975</b>	<b>323.427</b>	<b>47.121</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.228.263</b>
<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:</b>							
Saldo em 31.12.2024	20.064	662.337	154.528	-	-	-	836.929
Adições	4.623	97.166	35.329	-	-	-	137.118
Transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>24.687</b>	<b>759.503</b>	<b>189.857</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>974.047</b>
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>3.053</b>	<b>5.070.472</b>	<b>133.570</b>	<b>47.121</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.254.216</b>

	2024						
	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
<b>ATIVO BRUTO:</b>							
Saldo em 31.12.2023	27.740	5.829.975	194.001	47.121	207	56.128	6.155.172
Adições	-	-	71.758	-	-	-	71.758
Transf. e abates	-	-	-	-	(207)	-	(207)
Saldo em 31.12.2024	27.740	5.829.975	265.759	47.121	-	56.128	6.226.723
<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:</b>							
Saldo em 31.12.2023	15.441	655.866	127.333	-	207	-	798.847
Adições	4.623	6.471	27.195	-	-	-	38.289
Transf. e abates	-	-	-	-	(207)	-	(207)
Saldo em 31.12.2024	20.064	662.337	154.528	-	-	-	836.929
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>7.676</b>	<b>5.167.638</b>	<b>111.231</b>	<b>47.121</b>	<b>-</b>	<b>56.128</b>	<b>5.389.794</b>

## 7. ATIVOS TANGÍVEIS

### 7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

#### a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

#### b) Método de depreciação usado:

A empresa amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

#### c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de depreciação médias para cada rubrica:

<b>ATIVOS TANGÍVEIS</b>	<b>VIDA ÚTIL</b>	<b>TAXA DE DEPRECIAÇÃO</b>
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	4 – 50	2% – 25%
Equipamento básico	3 – 30	3,33% – 33,33%
Equipamento de transporte	4 – 12	8,33% – 25%
Equipamento administrativo	3 – 25	4% – 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	4 – 20	5% – 25%

**d/e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:**

	2025							TOTAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVESTIMENTOS EM CURSO	
<b>ATIVO BRUTO:</b>								
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>3.394.473</b>	<b>49.514.177</b>	<b>99.312.914</b>	<b>32.207.966</b>	<b>2.604.827</b>	<b>2.241.340</b>	<b>58.192</b>	<b>189.333.889</b>
Adições	-	79.461	4.234.105	366.768	42.777	73.525	4.796.687	9.593.323
Alienações	-	-	(4.332.028)	(82.216)	-	-	-	(4.414.244)
Transf. e abates	-	228.379	(128.090)	(101.004)	-	(7.525)	(286.333)	(294.573)
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>3.394.473</b>	<b>49.822.017</b>	<b>99.086.901</b>	<b>32.391.514</b>	<b>2.647.604</b>	<b>2.307.340</b>	<b>4.568.546</b>	<b>194.218.395</b>
<b>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:</b>								
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>-</b>	<b>20.073.510</b>	<b>67.294.231</b>	<b>22.736.082</b>	<b>2.019.329</b>	<b>1.678.679</b>	<b>-</b>	<b>113.801.831</b>
Adições	-	692.530	3.518.132	1.858.647	102.831	132.134	-	6.304.274
Alienações	-	-	(2.397.476)	(44.750)	-	-	-	(2.442.226)
Transf. e abates	-	-	(128.090)	(101.003)	-	(7.525)	-	(236.618)
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>-</b>	<b>20.766.040</b>	<b>68.286.797</b>	<b>24.448.976</b>	<b>2.122.160</b>	<b>1.803.288</b>	<b>-</b>	<b>117.427.261</b>
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>3.394.473</b>	<b>29.055.977</b>	<b>30.800.104</b>	<b>7.942.538</b>	<b>525.444</b>	<b>504.052</b>	<b>4.568.546</b>	<b>76.791.134</b>

	2024							
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVESTIMENTOS EM CURSO	TOTAL
<b>ATIVO BRUTO:</b>								
Saldo em 31.12.2023	3.394.473	31.569.201	106.539.458	31.360.316	2.509.334	2.012.681	17.679.572	195.065.035
Adições	-	172.285	5.478.024	1.593.601	95.493	241.323	1.168.210	8.748.936
Alienações	-	(175.873)	(13.376.298)	(721.546)	-	(63.302)	-	(14.337.019)
Variações	-	-	-	(22.945)	-	-	-	(22.945)
Transf. e abates	-	17.948.564	671.730	(1.460)	-	50.638	(18.789.590)	(120.118)
Saldo em 31.12.2024	3.394.473	49.514.177	99.312.914	32.207.966	2.604.827	2.241.340	58.192	189.333.889
<b>DEPRECIACÕES ACUMULADAS:</b>								
Saldo em 31.12.2023	-	19.538.451	69.118.429	21.585.829	1.900.784	1.607.095	-	113.750.588
Adições	-	671.208	3.932.960	1.837.709	118.545	136.895	-	6.697.317
Alienações	-	(136.149)	(5.726.173)	(634.176)	-	(63.300)	-	(6.559.798)
Variações	-	-	10.485	-	-	-	-	10.485
Transf. e abates	-	-	(41.470)	(53.280)	-	(2.011)	-	(96.761)
Saldo em 31.12.2024	-	20.073.510	67.294.231	22.736.082	2.019.329	1.678.679	-	113.801.831
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>3.394.473</b>	<b>29.440.667</b>	<b>32.018.683</b>	<b>9.471.884</b>	<b>585.498</b>	<b>562.661</b>	<b>58.192</b>	<b>75.532.058</b>

## 7.2. Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de ativos fixos durante a sua construção

ATIVOS TANGÍVEIS	DISPÊNDIOS RECONHECIDOS DURANTE A CONSTRUÇÃO	
	31.12.2025	31.12.2024
Edifícios e outras construções	273.279	1.168.210
Equipamento básico	4.523.408	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.796.687</b>	<b>1.168.210</b>

## 7.3. Depreciação reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIÇÃO RECONHECIDA NOS RESULTADOS	
	31.12.2025	31.12.2024
Edifícios e outras construções	692.530	671.208
Equipamento básico	3.518.132	3.932.960
Equipamento de transporte	1.858.647	1.837.709
Equipamento administrativo	102.831	118.545
Outros ativos fixos tangíveis	132.134	136.895
<b>TOTAL</b>	<b>6.304.274</b>	<b>6.697.317</b>

#### 7.4. Depreciação acumulada no final do período

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	
	31.12.2025	31.12.2024
Edifícios e outras construções	20.766.040	20.073.510
Equipamento básico	68.286.797	67.294.231
Equipamento de transporte	24.448.976	22.736.082
Equipamento administrativo	2.122.160	2.019.329
Outros ativos fixos tangíveis	1.803.288	1.678.679
<b>TOTAL</b>	<b>117.427.261</b>	<b>113.801.831</b>

#### 7.5. Itens do ativo fixo em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica "Investimentos em curso", a 31 de dezembro de 2025 e 2024, referem-se aos seguintes projetos:

ATIVOS TANGÍVEIS	INVESTIMENTOS EM CURSO	
	31.12.2025	31.12.2024
Edifícios e outras construções	45.564	58.192
Equipamento básico	4.522.982	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.568.546</b>	<b>58.192</b>

#### 7.6. Ativos fixos tangíveis por localização geográfica

31.12.2025	ATIVO BRUTO	DEPRECIÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	66.830.322	41.685.146	25.145.176
Angola	93.199.760	54.331.049	38.868.711
Moçambique	19.000.659	10.785.128	8.215.531
Marrocos	5.199	5.199	-
Cabo Verde	4.476.093	2.834	1.642
Zâmbia	10.642.230	7.479.407	3.162.823
Malawi	4.535.749	3.138.498	1.397.251
<b>TOTAL</b>	<b>194.218.395</b>	<b>117.427.261</b>	<b>76.791.134</b>

31.12.2024	ATIVO BRUTO	DEPRECIACOES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	68.994.302	40.436.075	28.558.227
Angola	87.156.743	53.696.675	33.460.068
Moçambique	18.255.479	9.259.432	8.996.047
Marrocos	5.199	5.199	-
Cabo Verde	4.476	2.834	1.642
Zâmbia	10.381.940	7.397.566	2.984.374
Malawi	4.535.750	3.004.050	1.531.700
<b>TOTAL</b>	<b>189.333.889</b>	<b>113.801.831</b>	<b>75.532.058</b>

## 8. LOCAOES

### 8.1. Locações financeiras – Locatários

a) Quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo  data de 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31.12.2025	31.12.2024
Edifícios e outras construções	289.284	314.927
Equipamento básico	8.287.939	12.797.759
Equipamento de transporte	4.222.807	5.409.953
<b>TOTAL</b>	<b>12.800.030</b>	<b>18.522.639</b>

b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação  data de 31 de dezembro de 2025 e 2024 e o seu valor presente:

	31.12.2025	31.12.2024
Pagamentos mínimos até 1 ano	2.164.012	4.033.321
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	3.067.654	3.590.580
Pagamentos mínimos mais do que 5 anos	-	-
<b>Total de pagamentos mínimos</b>	<b>5.231.666</b>	<b>7.623.901</b>
Pagamento de juros futuros	728.384	876.452
<b>VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES</b>	<b>4.503.282</b>	<b>6.747.449</b>

**c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço e o seu valor presente:**

	PAGAMENTOS MÍNIMOS		VALOR PRESENTE	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Não mais de 1 ano	2.164.012	4.033.321	1.790.246	3.576.672
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	3.067.654	3.590.580	2.713.036	3.170.777
Mais do que 5 anos	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>5.231.666</b>	<b>7.623.901</b>	<b>4.503.282</b>	<b>6.747.449</b>

## 9. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

### 9.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”

	31.12.2025	31.12.2024
Subsidiárias	3.266.280	3.757.369
Entidades conjuntamente controladas	31.055	56.456
Associadas	255.806	238.414
<b>TOTAL</b>	<b>3.553.141</b>	<b>4.052.239</b>

### 9.2. Empresas subsidiárias

**a) Listagem e descrição das empresas subsidiárias:**

DENOMINAÇÃO SOCIAL	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Edirio - Construções, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Métis Engenharia, Lda.	99,00%	Equivalência patrimonial
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	100,00%	Equivalência patrimonial
Urano, Lda.	99,00%	Equivalência patrimonial
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial

**b) Quantia escriturada e dados sobre as entidades:**

<b>31.12.2025</b> <b>DENOMINAÇÃO SOCIAL</b>	<b>QUANTIA</b> <b>ESCRITURADA</b>	<b>TOTAL</b> <b>ATIVO</b>	<b>TOTAL CAPITAL</b> <b>PRÓPRIO</b>	<b>TOTAL RESULTADO</b> <b>PERÍODO</b>
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	2.119.345	(647.508)	(1.803)
Edirio - Construções, S.A.	-	5.429.928	371.269	26.925
Métis Engenharia, Lda.	1.162.419	4.870.645	4.224.059	7.562
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	-	13.697.594	(936.056)	(887.619)
Urano, Lda.	186.081	2.974.830	1.447.079	2.926
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	1.808.168	4.873.199	1.890.167	435.416
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	109.612	292.698	109.612	(19.718)
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	-	4.915.926	(1.967.933)	(1.503.607)
<b>TOTAL</b>	<b>3.266.280</b>			

<b>31.12.2024</b> <b>DENOMINAÇÃO SOCIAL</b>	<b>QUANTIA</b> <b>ESCRITURADA</b>	<b>TOTAL</b> <b>ATIVO</b>	<b>TOTAL CAPITAL</b> <b>PRÓPRIO</b>	<b>TOTAL RESULTADO</b> <b>PERÍODO</b>
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	2.118.720	(645.707)	(2.558)
Edirio - Construções, S.A.	-	6.397.340	344.344	(309.989)
Métis Engenharia, Lda.	1.745.977	5.737.031	4.813.512	351.433
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	-	15.213.657	(89.792)	(335.690)
Urano, Lda.	381.821	3.285.170	1.644.797	78.896
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	1.372.751	2.852.754	1.454.751	261.441
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	129.330	390.044	129.330	40.145
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	127.489	316.211	127.489	115.665
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	-	6.376.878	(464.327)	(347.877)
<b>TOTAL</b>	<b>3.757.368</b>			

Relacionado com estas participações encontram-se registados, em dezembro de 2025, na rubrica "Outros investimentos financeiros", os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

<b>DENOMINAÇÃO SOCIAL</b>	<b>FINANCIAMENTOS</b> <b>CONCEDIDOS</b>	<b>PERDAS POR IMPARIDADE</b> <b>ACUMULADAS</b>
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	336.000	336.000
Edirio - Construções, S.A.	1.412.500	1.041.231
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	14.800	14.800
Métis Engenharia, Lda.	3.049.838	-
Urano, Lda.	1.259.118	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	82.000	-
<b>TOTAL</b>	<b>6.154.256</b>	<b>1.392.031</b>

### 9.3. Empreendimentos conjuntos

#### a) Listagem e descrição de interesses em empreendimentos conjuntos significativos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	TIPO DE EMPREENDIMENTO	OUTROS PARTICIPANTES
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Jaime Ribeiro e Filhos
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Tecnovia
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Tecnovia
Avace Norte, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Mota-Engil, Teixeira Duarte, Casais, Alves Ribeiro, Gabriel Couto
Avexp Norte, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Mota-Engil, Teixeira Duarte, Casais, Alves Ribeiro, Gabriel Couto

#### b) Proporção do interesse de propriedade detido e dados sobre as entidades:

31.12.2025 DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	33,33%	-	12.436.904	(18.869.413)	(147.207)
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	33,33%	-	n/d	n/d	n/d
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50,00%	-	8.846.817	(1.073.830)	12.448
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67%	31.055	2.125.880	186.292	(152.376)
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	-	466.104	(3.642.482)	(151.782)
<b>TOTAL</b>		<b>31.055</b>			

31.12.2024 DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	33,33%	-	12.464.393	(18.835.381)	85.591
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	33,33%	-	n/d	n/d	n/d
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50,00%	-	8.818.424	(1.067.325)	(33.673)
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67%	56.456	2.098.981	338.668	34.446
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	-	437.447	(3.490.700)	(449.723)
<b>TOTAL</b>		<b>56.456</b>			

À data de preparação das demonstrações financeiras não se encontravam disponíveis as demonstrações financeiras do agrupamento Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE. Esta entidade não tem atividade relevante, pelo que o Conselho de Administração considera que não existem impactos relevantes relacionados com esta participação.

**c) Método usado no reconhecimento dos interesses em empreendimentos conjuntos:**

Os interesses em empresas conjuntamente controladas foram reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial, desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo, sendo a quantia escriturada ajustada pelo valor correspondente à proporção detida nos resultados líquidos, pelos dividendos recebidos e variação do capital próprio.

**9.4. Associadas**

**a) Listagem e descrição das associadas:**

DENOMINAÇÃO SOCIAL	PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	23,64%	Equivalência patrimonial
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	33,33%	Equivalência patrimonial

**b) Quantia escriturada e dados sobre as entidades:**

31.12.2025 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	220.223.623	(14.929.372)	(543.835)
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	255.806	7.277.775	715.314	571.481
<b>TOTAL</b>	<b>255.806</b>			

31.12.2024 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	220.223.623	(14.929.372)	(543.835)
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	238.414	7.277.775	715.314	571.481
<b>TOTAL</b>	<b>238.414</b>			

Relacionado com as participações em associadas, encontram-se registados, em dezembro de 2025, na rubrica "Outros investimentos financeiros", os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.412.786	40.000
Lusolav, S.A.	81.313	-
<b>TOTAL</b>	<b>11.494.099</b>	<b>40.000</b>

## 9.5. Rendimentos/perdas em subsidiárias e empreendimentos conjuntos

RENDIMENTOS/PERDAS EM SUBSIDIÁRIAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	31.12.2025	31.12.2024
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(45.951)	(591.042)
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	662.991	947.539
Eliminação de rendimentos relacionados com vendas de ativos fixos tangíveis a sucursais	18.322	26.116
Provisões para perdas em empresas do grupo (Nota 13)	(2.468.369)	(497.411)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.833.007)</b>	<b>(114.798)</b>

# 10. INVENTÁRIOS

## 10.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os gastos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, gastos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os gastos de conversão incluem os gastos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão de obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção. A empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

## 10.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários discriminava-se da seguinte forma:

<b>INVENTÁRIOS</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	17.785.684	16.203.625
	<b>17.785.684</b>	<b>16.203.625</b>
Perdas por imparidade	(1.393.184)	(918.605)
<b>TOTAL</b>	<b>16.392.500</b>	<b>15.285.020</b>

## 10.3. Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como gasto durante o período foi como se segue:

	<b>MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO</b>	
	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Inventário inicial	15.285.020	14.764.261
Compras	34.169.244	29.798.258
Inventário final	(16.392.500)	(15.285.020)
<b>GASTO DO PERÍODO</b>	<b>33.061.764</b>	<b>29.277.499</b>

## 10.4. Quantia das perdas por imparidade em inventários reconhecida no resultado do período

O valor das perdas por imparidade reconhecidas no resultado do período foi o seguinte:

<b>PERDAS POR IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	474.579	13.873
<b>TOTAL</b>	<b>474.579</b>	<b>13.873</b>

## 10.5. Movimento durante o período das perdas por imparidade em inventários

	<b>MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO</b>
<b>Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2024</b>	<b>918.605</b>
Reforço	474.579
Reversão	-
Utilização	-
<b>PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2025</b>	<b>1.393.184</b>

	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
<b>Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2023</b>	<b>904.732</b>
Reforço	13.873
Reversão	-
Utilização	-
<b>PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2024</b>	<b>918.605</b>

## 11. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

### 11.1. Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada, bem como variações nos trabalhos, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto em que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fiavelmente mensurados. A 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor dos réditos reconhecidos como rédito do período era como se segue:

OBRA/CONTRATO	RÉDITO DE 2025	RÉDITO DE 2024
Contratos de construção	167.350.433	110.458.865
<b>TOTAL</b>	<b>167.350.433</b>	<b>110.458.865</b>

### 11.2. Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Nos casos em que o desfecho dos contratos não possa ser estimado fiavelmente, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os gastos do contrato incorridos serão recuperáveis.

### 11.3. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, o método utilizado para determinar a fase de acabamento pode variar, como se discrimina:

- A proporção em que os gastos dos contratos incorridos no trabalho executado até à data estejam para os gastos estimados totais do contrato (metodologia mais utilizada);
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

#### 11.4. Informação relativa aos contratos de construção em curso

31.12.2025	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	338.219.653	366.267.570	100.468.094	8.882.953
<b>TOTAL</b>	<b>338.219.653</b>	<b>366.267.570</b>	<b>100.468.094</b>	<b>8.882.953</b>

31.12.2024	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	287.022.054	294.695.948	11.803.072	5.878.534
<b>TOTAL</b>	<b>287.022.054</b>	<b>294.695.948</b>	<b>11.803.072</b>	<b>5.878.534</b>

## 12. RÉDITOS

12.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) **Vendas** – são reconhecidas nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e quando os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.
- b) **Prestações de serviços** – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.
- c) **Juros** – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.
- d) **Dividendos** – são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2025	31.12.2024
Prestações de serviços	168.265.695	111.815.812
Juros	1.467.135	2.654.120
Dividendos	146.728	195.673
<b>TOTAL</b>	<b>169.879.558</b>	<b>114.665.605</b>

## 13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

### 13.1. Provisões

A empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	3.670.452	179.690	(102.732)	-	3.747.410
Processos judiciais em curso	-	30.063	-	-	30.063
Contratos de construção	1.813.123	-	(1.141.583)	-	671.540
	<b>5.483.575</b>	<b>209.753</b>	<b>(1.244.315)</b>	<b>-</b>	<b>4.449.013</b>
Investimentos financeiros (Nota 9)	8.544.967	2.468.369	-	-	11.013.336
<b>TOTAL</b>	<b>14.028.542</b>	<b>2.678.122</b>	<b>(1.244.315)</b>	<b>-</b>	<b>15.462.349</b>

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	3.530.264	173.014	(32.826)	-	3.670.452
Contratos de construção	1.357.162	455.961	-	-	1.813.123
	<b>4.887.426</b>	<b>628.975</b>	<b>(32.826)</b>	<b>-</b>	<b>5.483.575</b>
Investimentos financeiros (Nota 9)	8.047.556	502.228	(4.817)	-	8.544.967
<b>TOTAL</b>	<b>12.934.982</b>	<b>1.131.203</b>	<b>(37.643)</b>	<b>-</b>	<b>14.028.542</b>

As provisões para investimentos financeiros referem-se a empresas subsidiárias no âmbito da aplicação do método de equivalência patrimonial, nomeadamente o Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE, Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A., o Groupement Túnel de Nador, Construção ACE, RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE, Conduril Engenharia Gabon, S.A. e ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.

### 13.2. Processos em contencioso

Na sequência dos diversos processos ativos em contencioso, decorrentes do negócio, a empresa está convicta de que o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a sua posição financeira, encontrando-se esta mesma convicção corroborada pelo gabinete jurídico interno da Conduril, assim como pelos seus consultores jurídicos encarregues dos processos.

Dos processos em curso importa mencionar o processo de pedido de indemnização em contrato de subempreitada de 1.243.002 euros. A Administração, suportada por pareceres jurídicos, reitera a convicção de que os referidos processos irão conduzir a desfechos favoráveis para a empresa. No que respeita aos processos fiscais, existem processos decorrentes de impugnações judiciais interpostas pela Conduril relativas a liquidações adicionais em sede de IRC (2011), sendo entendimento da empresa, com base em pareceres dos seus assessores fiscais, que o desfecho se espera favorável, razão pela qual não foram registadas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras.

### 13.3. Garantias prestadas

A 31 de dezembro de 2025, a empresa tinha assumido responsabilidades por garantias bancárias prestadas e seguros caução, no montante de 117.165.907 euros (a 31 de dezembro de 2024, o montante ascendia a 83.308.625 euros).

As garantias bancárias e os seguros de caução foram prestados fundamentalmente para efeitos de concursos, como garantia de boa execução de obras e financeiras.

Além das garantias e seguros caução prestados, foram ainda prestados avales às nossas subsidiárias detidas a 100%, no montante de 1.804.525 euros (a 31 de dezembro de 2024, o montante ascendia a 1.762.163 euros).

### 13.4. Gestão de riscos financeiros

#### a) Princípios gerais

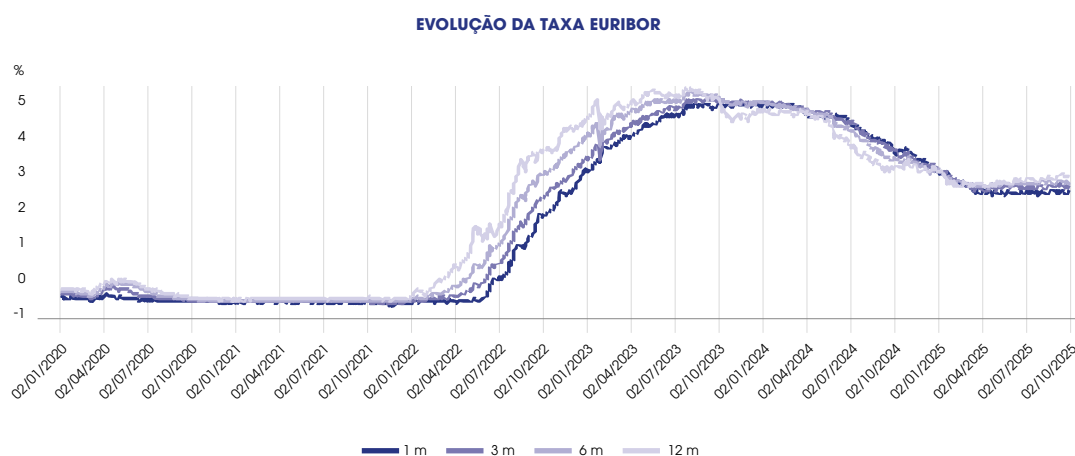
Dos vários tipos de risco que uma empresa enfrenta, os riscos financeiros são os que têm impacto mais imediato nos fluxos de caixa e nos seus resultados. A atividade da Conduril encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro, risco de crédito e risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão de risco da Conduril é um processo contínuo e em constante desenvolvimento aplicado à implementação da sua estratégia, procurando minimizar os efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros.

## b) Risco de taxa de câmbio

Estando a atividade da Conduril maioritariamente localizada em Portugal e África (Angola, Moçambique, Zâmbia, Malawi e Gabão), encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas destes países. Para fazer face a este risco, sempre que possível os contratos são efetuados em USD/EUR. A evolução das moedas kwanza, metical, kwacha zambiano e kwacha malauiano face ao euro tem impacto nas demonstrações financeiras e são escassos ou inexistentes os instrumentos financeiros de cobertura para estas moedas.

## c) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento indexado a taxas variáveis. A Conduril tem apenas uma pequena parte do endividamento da empresa indexado a uma cobertura da taxa de juro, estando permanentemente atenta a este assunto, de forma a poder tomar, atempadamente, as medidas necessárias para reduzir o impacto desta variável nos seus financiamentos.



## d) Risco de crédito

A exposição da Conduril ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da atividade operacional: dívidas de vendas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da empresa. Este risco é monitorizado regularmente, sendo que o objetivo da gestão é:

- i. avaliação do cliente de acordo com procedimentos internos que obrigam a análises criteriosas das entidades e montantes envolvidos. Para esta avaliação, contamos também com o recurso a entidades de informação e perfis de risco de crédito disponíveis no mercado;
- ii. limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo de recebimento de cada cliente;
- iii. monitorização da evolução do nível de crédito concedido;
- iv. realizar a análise de imparidade dos valores a receber numa base regular.

#### e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. Instrumento essencial para a gestão do risco de liquidez é o plano de tesouraria global anual elaborado com base nos planos de tesouraria de cada um dos estabelecimentos, planos esses que são atualizados mensalmente. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão de risco na Conduril tem por objetivo:

- liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento;
- segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária a curto prazo.

A Conduril tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respectivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco de liquidez, a Conduril assegura a contratação de instrumentos de facilidade de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados às especificidades das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. É regra da empresa contratualizar essas facilidades sem qualquer contra garantia.

## 14. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

### 14.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

	31.12.2025	31.12.2024
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
- Outros gastos	3.484.974	4.013.001
<b>TOTAL</b>	<b>3.484.974</b>	<b>4.013.001</b>
Diferenças de câmbio favoráveis		
- Outros rendimentos	2.577.574	4.733.420
<b>TOTAL</b>	<b>2.577.574</b>	<b>4.733.420</b>

## 14.2. Diferenças de câmbio líquidas classificadas num componente separado do capital próprio

	<b>DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO</b>
Saldo a 31.12.2024	(52.937.939)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(12.504.212)
Diferenças de câmbio favoráveis	-
<b>SALDO A 31.12.2025</b>	<b>(65.442.151)</b>

	<b>DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO</b>
Saldo a 31.12.2023	(53.635.815)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(220.020)
Diferenças de câmbio favoráveis	917.896
<b>SALDO A 31.12.2024</b>	<b>(52.937.939)</b>

# 15. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

## 15.1. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

## 15.2. Autorização para emissão

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 9 de março de 2026. O Conselho de Administração é da opinião de que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

## 16. MATÉRIAS AMBIENTAIS

### 16.1. Descrição das bases de mensuração adotadas, bem como dos métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor

Decorrente da sua atividade, é responsabilidade legal/contratual da empresa evitar, reduzir ou reparar danos ambientais. Para cumprir com esta obrigação, ao longo do período findo em 31 de dezembro de 2025, a empresa incorreu em gastos que ascenderam a 143.819 euros (no período homólogo ascenderam a 283.902 euros).

Para mensurar os dispêndios de caráter ambiental, a empresa reconhece os gastos que efetivamente ocorreram no período.

### 16.2. Dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados

Todos os dispêndios de caráter ambiental devem ser considerados em resultados se foram gastos incorridos no próprio período, ou seja, se não visarem evitar danos futuros ou proporcionar benefícios futuros.

Assim, os dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados dizem respeito a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

	QUANTIA IMPUTADA A RESULTADOS
Tratamento de resíduos	143.819
<b>TOTAL</b>	<b>143.819</b>

## 17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

### 17.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

	31.12.2025	31.12.2024
<b>Imposto corrente e ajustamentos:</b>		
Imposto corrente do período	1.645.682	2.089.991
	<b>1.645.682</b>	<b>2.089.991</b>
<b>Impostos diferidos:</b>		
Impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias	(932.547)	1.050.676
	<b>(932.547)</b>	<b>1.050.676</b>
<b>GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO</b>	<b>713.135</b>	<b>3.140.667</b>

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram efetuados débitos/créditos diretamente no capital próprio relacionados com impostos diferidos.

## 17.2. Relacionamento entre gastos/rendimentos de impostos e lucro contabilístico

<b>RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Resultado antes de impostos	6.899.416	(25.262.956)
Gasto com impostos sobre o rendimento	713.135	3.140.667
Taxa efetiva de imposto	10,34%	-
<b>Taxa nominal de imposto (20% em 2025 e 21% em 2024 em Portugal e 25% em Angola)</b>	<b>2.305.518</b>	<b>(5.142.421)</b>
<b>Ajustamentos:</b>		
Taxas diferenciadas de imposto e efeito dupla tributação	370.159	341.477
Aplicação do método da equivalência patrimonial	370.266	156.524
Gastos não aceites como custo fiscal	391.153	357.402
Provisões não aceites como gasto	18.102	121.035
Limitações à dedutibilidade de gastos financiamento líquidos	583.959	943.032
Outros rendimentos não tributados	(2.609.137)	(672.492)
Prejuízos fiscais deduzidos no período	(171.822)	(307.506)
Prejuízos fiscais gerados no período	-	5.960.520
Tributações autónomas	387.205	358.731
Impostos diferidos	(932.548)	1.050.675
Outros	280	(26.310)
	<b>(1.592.383)</b>	<b>8.283.088</b>
<b>GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO</b>	<b>713.135</b>	<b>3.140.667</b>

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nos termos do artigo 54.º-A do Código do IRC, a empresa optou pela não inclusão do lucro tributável imputável à sucursal de Angola.

Os montantes incluídos na rubrica "Taxas diferenciadas de imposto" justificam-se, essencialmente, pelo facto das empresas sedeadas fora de Portugal apresentarem taxas de tributação distintas dos 20%.

### 17.3. Detalhe dos impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2025, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

<b>ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS</b>	<b>SALDO INICIAL</b>	<b>OUTRAS VARIACÕES</b>	<b>REFORÇO</b>	<b>REVERSÃO</b>	<b>SALDO FINAL</b>
Gastos não aceites	1.893.276	(147.210)	2.226.846	(321.218)	3.651.694
<b>TOTAL</b>	<b>1.893.276</b>	<b>(147.210)</b>	<b>2.226.846</b>	<b>(321.218)</b>	<b>3.651.694</b>

<b>PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS</b>	<b>SALDO INICIAL</b>	<b>OUTRAS VARIACÕES</b>	<b>REFORÇO</b>	<b>REVERSÃO</b>	<b>SALDO FINAL</b>
Excedentes de revalorização	656.895	(22.255)	6.213	(40.389)	600.464
Rendimento a tributar	1.944.362	(160.377)	2.184.346	(1.177.091)	2.791.240
<b>TOTAL</b>	<b>2.601.257</b>	<b>(182.632)</b>	<b>2.190.559</b>	<b>(1.217.480)</b>	<b>3.391.704</b>

A 31 de dezembro de 2024, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

<b>ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS</b>	<b>SALDO INICIAL</b>	<b>OUTRAS VARIACÕES</b>	<b>REFORÇO</b>	<b>REVERSÃO</b>	<b>SALDO FINAL</b>
Gastos não aceites	1.885.348	94.904	-	(86.976)	1.893.276
<b>TOTAL</b>	<b>1.885.348</b>	<b>94.904</b>	<b>-</b>	<b>(86.976)</b>	<b>1.893.276</b>

<b>PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS</b>	<b>SALDO INICIAL</b>	<b>OUTRAS VARIACÕES</b>	<b>REFORÇO</b>	<b>REVERSÃO</b>	<b>SALDO FINAL</b>
Excedentes de revalorização	720.772	(33.999)	-	(29.878)	656.895
Rendimento a tributar	799.550	107.700	1.103.271	(66.159)	1.944.362
Depreciações não aceites	109.403	-	-	(109.403)	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.629.725</b>	<b>73.701</b>	<b>1.103.271</b>	<b>(205.440)</b>	<b>2.601.257</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, existiam prejuízos fiscais reportáveis cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência e de incerteza quanto à sua recuperação, não foram considerados.

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 18.1. Bases de mensuração

É política da empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade, são mensurados ao justo valor.

A empresa não inclui os gastos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

### 18.2. Ativos financeiros

Ativos financeiros com reconhecimento de imparidade:

	31.12.2025		31.12.2024	
	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA
Clientes, c/c	158.188.410	-	136.013.833	-
Clientes, c/garantias	11.690.202	-	7.929.271	-
Clientes de cobrança duvidosa	2.134.761	(2.134.761)	1.999.769	(1.999.769)
<b>TOTAL</b>	<b>172.013.373</b>	<b>(2.134.761)</b>	<b>145.942.873</b>	<b>(1.999.769)</b>

### 18.3. Financiamentos obtidos

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Financiamentos obtidos” tinha a seguinte decomposição:

<b>FINANCIAMENTOS OBTIDOS</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Contas caucionadas	42.201.300	23.378.531
Empréstimos bancários	25.773.394	45.531.393
Papel comercial	11.700.000	24.475.000
Locações financeiras	4.503.282	6.747.449
Descobertos bancários contratados	7.082.574	5.086.564
<b>TOTAL</b>	<b>91.260.550</b>	<b>105.218.937</b>

Adicionalmente, a maturidade, a 31 de dezembro de 2025 e 2024 detalha-se como se segue:

<b>FINANCIAMENTOS OBTIDOS 2025</b>	<b>CORRENTE</b>	<b>NÃO CORRENTE</b>
Contas caucionadas	42.201.300	-
Empréstimos bancários	15.195.871	10.577.523
Papel comercial	10.000.000	1.700.000
Locações financeiras	1.790.246	2.713.036
Descobertos bancários contratados	7.082.574	-
<b>TOTAL</b>	<b>76.269.991</b>	<b>14.990.559</b>

<b>FINANCIAMENTOS OBTIDOS 2024</b>	<b>CORRENTE</b>	<b>NÃO CORRENTE</b>
Contas caucionadas	23.378.531	-
Empréstimos bancários	35.003.079	10.528.314
Papel comercial	-	24.475.000
Locações financeiras	3.576.672	3.170.777
Descobertos bancários contratados	5.086.564	-
<b>TOTAL</b>	<b>67.044.846</b>	<b>38.174.091</b>

### 18.4. Participações financeiras registadas ao custo e outros investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 9). Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe das participações financeiras registadas pelo modelo do custo e de outros investimentos financeiros detalha-se como se segue:

	31.12.2025			31.12.2024		
	PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
		CUSTO	IMPARIIDADE ACUMULADA		CUSTO	IMPARIIDADE ACUMULADA
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	11.412.786	(40.000)	-	11.412.786	(40.000)
Lusolav, S.A.	1.665	81.313	-	1.665	81.313	-
Lusolav II, S.A.	-	-	-	2.500	-	-
Lusolav III, S.A.	1.665	-	-	1.665	-	-
Lusolav IV, S.A.	-	-	-	2.500	-	-
EMMAAV, S.A.	3.335	-	-	-	-	-
Fundação da Construção, F.P.	20.000	-	-	20.000	-	-
Garval	1.682	-	-	1.682	-	-
Lisgarante	1.682	-	-	1.682	-	-
Norgarante	18.877	-	-	18.877	-	-
BAI - Banco Angolano de Investimento, S.A.	341.375	-	-	341.375	-	-
Lusitânia Seguros	2.405	-	-	2.405	-	-
Edirio - Construções, S.A.	-	1.412.500	(1.041.231)	-	1.412.500	(1.068.156)
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	336.000	(336.000)	-	336.000	(336.000)
Métis Engenharia, Lda	-	3.049.838	-	-	3.049.838	-
Urano, Lda.	-	1.259.118	-	-	1.259.118	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	-	82.000	-	-	82.000	-
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	-	14.800	(14.800)	-	16.627	(89.792)
Obrigações do Tesouro	27.068.620	-	-	30.361.748	-	-
Outros - FCT	55.277	-	-	52.775	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>27.516.583</b>	<b>17.648.355</b>	<b>(1.432.031)</b>	<b>30.808.874</b>	<b>17.650.182</b>	<b>(1.533.948)</b>
<b>Outros investimentos financeiros não correntes</b>		<b>24.284.712</b>			<b>46.925.108</b>	
<b>Outros investimentos financeiros correntes</b>		<b>19.448.195</b>			-	

As obrigações do tesouro de Angola são em USD e apresentam data de maturidade em 2026 e 2031, pelo que o pagamento dos juros e o reembolso de capital são realizados em USD.

O investimento na concessionária "Rotas do Algarve Litoral, S.A." está relacionado com a ação intentada de direito à rescisão do vínculo contratual existente e o ressarcimento do investimento realizado, ação em que a Conduril considera vir a ter um desfecho favorável.

## 18.5. Total de gastos e rendimentos de juros para ativos e passivos financeiros

Para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período, foi utilizado o método do juro efetivo. De acordo com este método, o total de rendimentos de juros, para os ativos financeiros, e o total de gastos de juros, para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

### a) Rendimentos de juros para ativos financeiros:

<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Depósitos bancários e títulos (Nota 20.5)	1.467.135	2.654.120
<b>TOTAL</b>	<b>1.467.135</b>	<b>2.654.120</b>

### b) Gastos de juros para passivos financeiros:

<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Financiamentos	4.565.744	4.648.411
Locações financeiras	214.139	375.309
Outros	21.998	16.610
<b>TOTAL</b>	<b>4.801.881</b>	<b>5.040.330</b>

## 18.6. Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, a empresa avaliou as imparidades respetivas. Desta avaliação, a empresa conseguiu adquirir evidência objetiva de que os ativos financeiros, apresentados no quadro seguinte, apresentam perdas por imparidade no período:

<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>	<b>31.12.2025</b>		
	<b>REFORÇO</b>	<b>REVERSÕES</b>	<b>OUTRAS VARIAÇÕES</b>
Clientes	156.486	-	(21.494)
<b>TOTAL</b>	<b>156.486</b>	<b>-</b>	<b>(21.494)</b>

<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>	<b>31.12.2024</b>		
	<b>REFORÇO</b>	<b>REVERSÕES</b>	<b>OUTRAS VARIAÇÕES</b>
Clientes	38.210	-	(4.295)
<b>TOTAL</b>	<b>38.210</b>	<b>-</b>	<b>(4.295)</b>

### 18.7. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2025, a empresa detinha um capital social de 10.000.000 euros, totalmente subscrito e realizado.

### 18.8. Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2025, o capital social era composto por 2.000.000 ações, ao valor nominal de 5 euros por ação.

### 18.9. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma redução do capital próprio na rubrica "Ações próprias", e os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação são registados em "Reservas livres".

A 31 de dezembro de 2025, a empresa detém 200.009 ações próprias.

### 18.10. Reservas legais

A legislação comercial e os estatutos da empresa estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido do período deve ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

A 31 de dezembro de 2025, a reserva legal encontrava-se integralmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor, ascendendo a 2.094.492 euros.

### 18.11. Aplicação dos resultados

Por decisão da Assembleia Geral, foram aprovadas as contas do período de 2024 e foi deliberado que o resultado líquido do período negativo, no montante de 28.403.623 euros, fosse transferido para a rubrica de "Outras reservas".

## 19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### 19.1. Benefícios pós-emprego

A 31 de dezembro de 2025, existiam 154 funcionários a usufruir de benefícios pós-emprego relativamente a planos de benefício definido. A 31 de dezembro de 2025, as operações referentes ao período resumem-se como se segue:

<b>GASTOS COM PENSÕES</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Custo dos serviços correntes	578.595	430.816
Custo juros	550.176	573.342
Rendimentos e perdas atuariais	-	-
Rendimento líquido do fundo deduzido do juro líquido	(394.191)	(521.773)
Outras variações	91.551	187.332
<b>TOTAL</b>	<b>826.131</b>	<b>669.717</b>

A 31 de dezembro de 2025, estávamos perante um défice do montante de responsabilidades passadas relativamente ao montante do fundo existente no valor de 3.064.903 euros (2024: 4.602.775 euros). Este montante encontra-se registado na rubrica "Credores por acréscimo de gastos" e apresentado em linha autónoma do passivo não corrente.

Em 2025, foi efetuada uma contribuição no valor de 116.343 euros. Adicionalmente, e subsequentemente ao fecho do exercício, foi realizada uma contribuição de 500.000 euros, em fevereiro de 2026.

No que respeita aos montantes acumulados dos ganhos e perdas atuariais, os mesmos encontram-se registados na rubrica de capital próprio, "Ajustamentos/ outras variações de capital próprio", no montante de 1.254.576 euros (2024: 3.502.236 euros).

Pressupostos utilizados no estudo atuarial de 2025 e 2024:

	<b>PRESSUPOSTOS 2025</b>	<b>PRESSUPOSTOS 2024</b>
Tábua de mortalidade	TV 88/89	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss Re 2000	Swiss Re 2001
Idade normal de reforma	66-70 anos	66-70 anos
Número de pensões no ano	13	13
Taxa de rendimento anual dos ativos	4,10%	3,40%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Participantes	456	487
Beneficiários	154	147

## 19.2. Benefícios de caráter social

A 31 de dezembro de 2025, os gastos relacionados com a atividade da Conduril Academy (centro credenciado pelos organismos que tutelam a formação profissional nos países onde atua) que são financiados na sua totalidade pela Conduril resumem-se como se segue:

<b>GASTOS COM PROGRAMAS DEFINIDOS CONDURIL ACADEMY</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
PAAE (Programa Alfabetização e Aceleração Escolar) e bolsas de estudo	101.250	118.900
Formação técnico-profissional, humana e cultural	20.200	23.705
Processo de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais	13.575	11.850
<b>TOTAL</b>	<b>135.025</b>	<b>154.455</b>

## 20. OUTRAS INFORMAÇÕES

### 20.1. Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, é o seguinte:

<b>ATIVO</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	84.228	96.279
Imposto sobre o Valor Acrescentado	8.218.728	8.387.673
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	4.079.723	5.213.751
Outras tributações	1.223.558	442.936
<b>TOTAL</b>	<b>13.606.237</b>	<b>14.140.639</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	958.914	639.400
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.744.151	2.164.409
Contribuições para a Segurança Social	871.882	868.514
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1.317.965	1.744.399
Outras tributações	154.745	9.320
<b>TOTAL</b>	<b>6.047.657</b>	<b>5.426.042</b>

## 20.2. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços, a 31 de dezembro de 2025 e 2024 distribuíram-se da seguinte forma:

	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Mercado interno	65.639.110	46.070.221
Mercado externo	102.626.585	65.745.591
<b>TOTAL</b>	<b>168.265.695</b>	<b>111.815.812</b>

## 20.3. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte composição:

	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Subcontratos	32.869.340	21.257.298
Serviços especializados	24.829.048	13.145.716
Materials	584.161	1.284.621
Energia e fluidos	2.362.596	1.921.349
Deslocações, estadas e transportes	3.619.029	6.267.737
Rendas e alugueres	3.437.604	4.539.307
Comunicação	242.584	234.059
Seguros	833.858	1.490.775
Contencioso e notariado	61.765	73.411
Despesas de representação	31.797	17.942
Limpeza, higiene e conforto	332.338	399.579
Outros serviços	902.430	1.121.347
<b>TOTAL</b>	<b>70.106.550</b>	<b>51.753.141</b>

## 20.4. Gastos com pessoal

A rubrica "Gastos com pessoal" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte composição:

	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Remunerações dos órgãos sociais	1.371.213	1.402.390
Remunerações do pessoal	35.972.544	35.147.254
Benefícios pós-emprego (Nota 19.1)	826.131	669.717
Indemnizações	294.532	125.742
Encargos sobre remunerações	4.992.695	5.016.575
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	818.160	1.223.532
Gastos de ação social	1.811.830	1.806.617
Outros	1.341.375	1.301.817
<b>TOTAL</b>	<b>47.428.480</b>	<b>46.693.644</b>

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o número médio de empregados foi de 2.478 e 2.266, respetivamente.

## 20.5. Outros rendimentos

A rubrica "Outros rendimentos" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte composição:

	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Rendimentos suplementares	2.857.962	3.503.732
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.505	7.641
Diferenças de câmbio favoráveis	2.577.574	4.733.420
Rendimentos nos restantes investimentos financeiros	-	14.240
Rendimentos em investimentos não financeiros	1.527.019	1.608.178
Juros obtidos	1.467.135	2.654.120
Dividendos obtidos	146.728	195.673
Correções relativas a períodos anteriores	68.537	39.920
Benefícios contratuais	-	125.007
Outros	438.301	163.756
<b>TOTAL</b>	<b>9.084.761</b>	<b>13.045.687</b>

## 20.6. Outros gastos

A rubrica "Outros gastos" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte composição:

	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Impostos	1.842.373	1.660.657
Diferenças de câmbio desfavoráveis	3.484.974	4.013.001
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	706.380	3.287.950
Multas e penalidades	60.673	42.735
Correções relativas a períodos anteriores	626.838	479.709
Outros	207.656	89.216
<b>TOTAL</b>	<b>6.928.894</b>	<b>9.573.268</b>

## 20.7. Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

<b>GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Juros suportados (Nota 18.5)	4.779.883	5.023.720
Outros gastos e perdas de financiamento	952.075	657.792
<b>TOTAL</b>	<b>5.731.958</b>	<b>5.681.512</b>

## 20.8. Diferimentos

Os diferimentos ativos e passivos têm a seguinte composição:

<b>DIFERIMENTOS ATIVOS</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Gastos a reconhecer - seguros	672.958	795.606
Outros diferimentos	2.745.169	129.878
<b>TOTAL</b>	<b>3.418.127</b>	<b>925.484</b>

<b>DIFERIMENTOS PASSIVOS</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Rendimentos a reconhecer - NCRF 19	2.994.534	4.957.442
Rendimentos a reconhecer - lucros operações internas	53.467	71.790
<b>TOTAL</b>	<b>3.048.001</b>	<b>5.029.232</b>

## 20.9. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A rubrica “Outros créditos a receber”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, tem a seguinte composição:

	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Fornecedores saldos devedores	435.171	707.960
Adiantamentos a fornecedores	12.296.105	2.381.627
Devedores diversos - partes relacionadas	16.227.289	14.197.513
Devedores por acréscimos de rendimentos	47.635.875	38.716.635
Adiantamentos por conta de vendas	49.751	49.751
Pessoal	23.420	24.079
Devedores diversos	446.174	227.090
<b>TOTAL</b>	<b>77.113.785</b>	<b>56.304.655</b>

O montante relativo a “Devedores por acréscimos de rendimentos” está relacionado, essencialmente, com a aplicação do método da percentagem de acabamento, de acordo com a NCRF 19 – “Contratos de construção”.

A rubrica “Outras dívidas a pagar”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, tem a seguinte composição:

	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Clientes saldos credores	754.421	26.616
Pessoal	1.950.127	1.387.573
Fornecedores de investimentos	147.827	1.556.911
Credores por acréscimos de gastos - remunerações	3.060.276	2.859.089
Credores por acréscimos de gastos - outros	12.474.084	2.114.746
Credores diversos - partes relacionadas	6.604.704	3.889.915
Adiantamentos a clientes	61.276.346	-
Credores diversos	684.343	197.160
<b>TOTAL</b>	<b>86.952.128</b>	<b>12.032.010</b>

Adicionalmente, a maturidade, a 31 de dezembro de 2025 e 2024 detalha-se como se segue:

<b>OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR 2025</b>	<b>CORRENTE</b>	<b>NÃO CORRENTE</b>
Clientes saldos credores	754.421	-
Pessoal	1.950.127	-
Fornecedores de investimentos	147.827	-
Credores por acréscimos de gastos - remunerações	3.060.276	-
Credores por acréscimos de gastos - outros	12.474.084	-
Credores diversos - partes relacionadas	6.604.704	-
Adiantamentos a clientes	-	61.276.346
Credores diversos	684.343	-
<b>TOTAL</b>	<b>25.675.782</b>	<b>61.276.346</b>

Os adiantamentos de clientes estão relacionados com a atividade normal da empresa, nomeadamente contratos de construção em curso. Os adiantamentos recebidos de clientes são apresentados no passivo não corrente ou corrente em função do perfil esperado de faturação dos contratos estabelecidos com os clientes.

#### 20.10. Proposta de aplicação dos resultados

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do período no valor de 6.186.281 euros seja integralmente transferido para a rubrica de "Outras reservas".

## 21. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a situação da empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados por lei.

Divulgações adicionais para as entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º e o n.º 4 do artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho:

## 21.1. Volume de negócios líquido discriminado por mercados geográficos

	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Portugal	65.802.846	47.045.195
Angola	66.896.448	24.329.813
Moçambique	27.399.691	29.326.480
Zâmbia	3.792.347	3.427.003
Malawi	4.374.363	7.687.321
<b>TOTAL</b>	<b>168.265.695</b>	<b>111.815.812</b>

## 21.2. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, em 2025, ascenderam a 32.200 euros (2024: 27.300 euros).

## 21.3. Eventos subsequentes

O Conselho Administração através de deliberação unânime por escrito, datada de 22 dezembro de 2025, autorizou a aquisição da empresa Mugige Vinhos, Lda. A formalização da operação está prevista para ocorrer em 2026.

Após a data de relato, verificamos a intensificação dos conflitos no Médio Oriente, os quais têm contribuído para um contexto acrescido de incerteza geopolítica e económica. À data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, não se verificam impactos diretos quantificáveis na entidade. No entanto, a Administração está a acompanhar de forma contínua a evolução da situação, atendendo aos potenciais efeitos indiretos, nomeadamente ao nível dos mercados, cadeias de abastecimento e custos operacionais.

Estes acontecimentos são classificados como eventos subsequentes não ajustáveis, não tendo sido efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras.

A Administração,

O Contabilista Certificado,





## EXERCÍCIO DE 2025

Exmos. Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na lei, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório e dar parecer sobre o relatório de gestão, balanço, contas e proposta de aplicação de resultados, que lhe foram apresentados pelo Conselho de Administração da Conduril - Engenharia, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

## RELATÓRIO

O Conselho Fiscal reuniu regularmente e, no desempenho das suas funções, acompanhou a atividade e a evolução dos negócios da Conduril - Engenharia, S.A., vigiou e zelou pela observação da lei e dos estatutos, e inteirou-se dos atos praticados pelo Conselho de Administração, o qual prestou e prontamente os esclarecimentos que lhe foram solicitados. Também no desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal procedeu a uma atenta análise do relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração, do balanço, da demonstração de resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e do respetivo anexo com as suas notas explicativas, documentos esses que considera estarem em boa ordem e que espelham fielmente a atividade desenvolvida e a situação patrimonial da empresa.

No âmbito da sua competência, o Conselho foi informado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano pela sociedade de revisores oficiais de contas, obteve por parte da sua representante as informações e os esclarecimentos solicitados no âmbito da atividade de fiscalização aos documentos de prestação de contas, e tomou conhecimento do respetivo relatório com conclusões e recomendações de auditoria elaborado pela sociedade de revisores oficiais de contas e enviado ao Conselho de Administração, bem como da certificação legal das contas do exercício de 2025, cujo teor merece a sua concordância, a qual se apresenta sem reservas nem ênfases.

Ainda no âmbito da sua competência, o Conselho Fiscal expressa a sua concordância relativamente às políticas contabilísticas e aos critérios valorimétricos utilizados.

Em resultado do exposto, o Conselho Fiscal considera que o relatório de gestão, balanço, demonstração de resultados, fluxos de caixa e alterações no capital próprio, permitem, no seu conjunto, o correto entendimento da situação financeira da Conduril - Engenharia, S.A., em 31 de dezembro de 2025, e dos resultados do exercício findo nessa data, e, finalmente, considera também que as disposições legais e estatutárias foram respeitadas.

A concluir, o Conselho Fiscal acompanha o Conselho de Administração no agradecimento aos Colaboradores pelo seu empenho e dedicação.

Assim, o Conselho Fiscal é de

## PARECER

1. que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, as contas e os respetivos anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2. que seja aprovada a proposta do Conselho de Administração, no sentido de o resultado líquido de 2025, no montante de 6 186 281 euros (seis milhões, cento e oitenta e seis mil e duzentos e oitenta e um euros), ser transferido integralmente para a conta "Outras Reservas".

Ermesinde, 12 de março de 2026

## O CONSELHO FISCAL

---

Maria Helena Maio Ferreira de Vasconcelos

---

Deolinda Paula Baptista Nunes

---

Jorge Manuel Silva Tavares





## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Conduril - Engenharia, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 430.284.990 euros e um total de capital próprio de 142.810.539 euros, incluindo um resultado líquido de 6.186.281 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Conduril - Engenharia, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

## RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 12 de março de 2026

---

Crowe & Associados, SROC, Lda.  
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro, ROC  
Registo na OROC n.º 1126  
Registo na CMVM n.º 20160738





**CONDURIL - ENGENHARIA, S.A.**

Avenida Eng.º Duarte Pacheco, n.º 1835  
4445-416 Ermesinde – Portugal  
T. +351 229 773 920  
geral@conduril.pt

**CONDURIL ANGOLA**

Rua 2 IL (ao Largo do Ambiente)  
Município de Ingombota – Luanda – Angola  
T. +244 929 637 913/9  
expgeralluanda@conduril.pt

**CONDURIL MOÇAMBIQUE**

Estrada Nacional n.º 4, Tchumene 2,  
Parcela 3380/12 – Matola – Moçambique  
T. +258 203 004 71  
delegacao.mocambique@conduril.pt

**CONDURIL ZÂMBIA**

Plot 3817 Martin Mwamba Road  
PO Box 473 P/Bag E891 Manda Hill  
Lusaka – Zambia  
T. +260 211 291 441  
zambia@conduril.pt

**CONDURIL MALAWI**

Plot BC 922 House 5, Area Mandala  
PO Box 907  
Blantyre – Malawi  
T. +265 887 827 287  
malawi@conduril.pt